



RELATÓRIO ANUAL DO CONTROLE INTERNO
REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2018
MUNICÍPIO DE ALTO ALEGRE DOS PARECIS/RO

Relatório Anual de Controle Interno do exercício de 2018, integrante da Prestação de Contas do Prefeito, apresentado ao Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, nos Termos da Instrução Normativa Nº 013/TCE/RO-04, de 18.11.04.

Alto Alegre dos Parecis/RO
2019



APRESENTAÇÃO “ASPECTOS LEGAIS E INSTITUCIONAIS”

O importante não é ver o que ninguém nunca viu, mas sim, pensar o que ninguém nunca pensou sobre algo que todo mundo vê. (SCHOPENHAUER).

O presente relatório do Departamento de Controle Interno da Prefeitura Municipal de Alto Alegre dos Parecis/RO, funda-se em abordar os aspectos de natureza orçamentária, financeira, fiscal, operacional e patrimonial, organizado de forma que permita uma visão de conformidade e desempenho dos atos de gestão praticados pelo ordenador de despesa, desenvolvido no âmbito do órgão.

Cumpre-se nos informar, que o cargo de Controlador Geral do Município de Alto Alegre dos Parecis/RO, foi criado através da Lei 145/2003, sendo alterado pelas Leis Complementares nº 052/2004 e 067/2009. Nesta linha, a Controladoria Interna é órgão fiscalizador, orientador, avaliador, de controle, de apoio, dentre outros, incumbida de aferir e comprovar a legalidade dos atos administrativos, emanado do Poder Executivo Municipal, estando vinculada diretamente ao Gabinete do Prefeito. O Departamento de Controle Interno foi regulamentado através do Decreto nº 024/GP/ de 24 de Janeiro de 2019, onde dispõe sobre o Sistema de Controle Municipal, em obediência a Decisão Normativa 002/2016/TCE-RO, de 18 de Fevereiro de 2016, compreendendo ser de grande importância no contexto da Administração Pública.

Neste prisma, determina a Constituição Federal, em seu artigo 31, que a fiscalização do município seja exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo, e pelos Sistemas de Controle Interno do Poder Executivo Municipal, na forma da Lei. Há de se ressaltar, que a Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, constante no artigo 75, destaca a importância das atividades do órgão de Controle Interno, particularmente em relação à execução orçamentária, que compreende a legalidade dos atos, a fidelidade funcional dos agentes administrativos e o cumprimento do programa de trabalho. Ao mesmo tempo, a Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) determina, no artigo 59, que o Sistema de Controle Interno de cada Poder, o Legislativo, o Tribunal de Contas e o Ministério Público, fiscalizarão o cumprimento das normas de Gestão Fiscal. Partindo desta priori, o presente relatório como peça integrante da Prestação de Contas desta Municipalidade, demonstrará atos e fatos ocorridos no decorrer do Exercício de 2018.



1. INTRODUÇÃO

Os agentes que desempenham função pública praticam atos que devem ser controlados de modo a verificar se foram cumpridos com o objetivo de forma impessoal, sem privilégios e sem desvio de finalidade, já que a falta de competência e a irregularidade na edição de atos podem acarretar a anulabilidade ou nulidade, uma vez que afrontamos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, que regem a Administração Pública.

O Controle Interno do Município compreende o plano de organização e todos os métodos e medidas adotados pela administração para salvaguardar os ativos, desenvolver a eficiência nas operações, avaliar o cumprimento dos programas, objetivos, metas e orçamentos e das políticas administrativas procurando proporcionar a exatidão e a fidelidade das informações e assegurar o cumprimento da Lei.

Dessa forma, tanto o agente público, competente para a edição de um ato, como agente controlador devem respeitar as regras para que os atos e procedimentos cumpram os fins a que se destinam tudo isso com a finalidade de estabelecer procedimentos e dar conhecimento as unidades executoras do Sistema de Controle Interno.

Há de se ressaltar que a Controladoria Interna do Município de Alto Alegre dos Parecis/RO, nas atividades inerentes a função tem como referência as Leis Federais, Estaduais e Municipais, Instruções Normativas e Portarias além de orientações do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia e Tribunal de Contas da União/TCU, buscando informações essenciais para o entendimento, o funcionamento, o acompanhamento, visando evitar falhas nos processos e procedimentos, objetivando não apenas detectar e mensurar possíveis problemas, mas oferecer alternativas de soluções para atender aos princípios Constitucionais da Administração Pública.

Para a construção do presente trabalho durante o exercício de 2018, foram realizadas discussões técnicas com orientações entre Prefeito, Secretários Municipais (Gestores), Assessores Técnicos e Servidores, objetivando no primeiro momento a uniformização de entendimentos, respeitando os aspectos técnicos e práticos utilizados pelo TCE – Tribunal de Contas do Estado de Rondônia.

Devido à variedade de informações encontradas nas Unidades Administrativas e Executoras, nenhuma metodologia governamental pode atender completamente a todas as situações existentes. São muitos os aspectos que irão influenciar o processo de avaliação das Unidades, não se pretendendo, portanto, esgotar os assuntos relativos à auditoria e controladoria governamental, mas



dar início à orientação para o aperfeiçoamento, junto ao corpo técnico em geral, servindo com o orientador na execução dos trabalhos, definindo conceitos e diretrizes para o estabelecimento do planejamento, do exame, da avaliação, da conclusão e do oferecimento de medidas saneadoras. Foi essa política da Controladoria Interna em manter atualizado todos os gestores e seu respectivo corpo técnico, de acordo com a legislação vigente.

2. RESPONSÁVEIS

Oportuno então informar, que os agentes responsáveis pelos aspectos de natureza orçamentária, financeira, fiscal, operacional e patrimonial, do exercício de 2018, desenvolvido no âmbito desta Municipalidade, Excelentíssimo Prefeito, Marcos Aurélio Marques Flores, CPF: 198.198.112-87, sendo responsável pelo período 01/01/2017 a 31/12/2020. Nesta linha, cumpre-se nos informar que a Senhora, Marilete Delarmelina, CPF nº 340.603.402-00, Residente e domiciliada na Av. Jorge Teixeira de Oliveira, 3340, Centro, Município de Santa Luzia D'Oeste/RO, foi responsável pelo Departamento de Controladoria do Município de Alto Alegre dos Parecis/RO no período de 01/01/2017 á 05/09/2018.

Portanto, a partir do dia 06 de Setembro de 2018, eu Eliane de Jesus Paula, com o CPF: 916.193.272-87 e o RG: 000.855.492 SSP/RO, brasileira, casada, residente na Avenida General Osório S/N, Centro, graduada em História pela Fundação Universidade Federal de Rondônia, graduanda em Superior de Tecnologia em Gestão Pública, pela UNOPAR, e pós graduanda em Auditoria pela UNIASSELVI, nomeada através da Portaria 304/GP/2018 de 06 de Setembro de 2018 até a presente data, como Diretora de Departamento de Controle Interno, ocupando função em Comissão.

Como responsável pelo Departamento de Auditoria, a Senhora Claudia Raquel Dona, brasileira, solteira, com o CPF: 948.579.202-63, e o RG: 000.984.312 SSP/RO, residente na Avenida Presidente Prudente, nº3212, Centro. Sendo esta Agente Administrativa do quadro efetivo da Prefeitura Municipal de Alto Alegre dos Parecis/RO, graduada em Serviço Social pela UNITINS, graduada em Pedagogia pela FAEL, nomeada através da Portaria 308/GP/2018 de 06 de Setembro de 2018 para a função Diretora de Departamento de Auditoria. Dessa forma, como foi percorrida a posteriori, informo que o período de Responsabilidade dos novos integrantes do Departamento de Controle Interno deu-se no período mencionado acima e simplificado no quadro abaixo:



Quadro 01

Prefeito: Marcos Aurélio Marques Flores

Período: 01/01/2017 á 31/12/2020

Controladoria: Marilete Delarmelina

Período de Responsabilidade: 01.01.2017 à 05.09.2018

Controladoria: Eliane de Jesus Paula

Período de Responsabilidade: 06/09/2018 até a presente data

Auditora: Claudia Raquel Dona

Período de Responsabilidade: 06/09/2018 até a presente data

Fonte: Departamento de Controladoria.

03. PLANEJAMENTO DOS TRABALHOS

O planejamento elaborado buscou definir com clareza os objetivos da fiscalização realizada nas áreas envolvidas, no sentido de emitir opinião sobre a regularidade dos atos praticados, em consonância com a legislação vigente. As legislações que serviram de subsídio para os trabalhos foram:

- Constituição Federal do Brasil;
- Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual;
- Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações;
- Lei Federal n.º 4.320/64 e suas alterações;
- Lei Complementar n.º 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal);
- Resoluções e Instruções Normativas do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia e demais Leis e Decretos, bem como outras normas pertinentes.

04. CUMPRIMENTO DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

A Prefeitura Municipal de Alto Alegre dos Parecis/RO, Estado de Rondônia, sujeita ao regime de Fiscalização Contábil, Financeira, Orçamentária, Operacional e Patrimonial pelo Tribunal de Contas do Estado/RO, nos Termos da Constituição, Resoluções do Tribunal de Contas do Estado e Lei Complementar Municipal.

Desta forma, após análises, verificamos que no decorrer do exercício financeiro de 2018, de forma geral, a Prefeitura vem cumprindo os preceitos estabelecidos na Lei Complementar n.º 101/2000.

05. LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL – LOA

O Orçamento Fiscal da Prefeitura Municipal de Alto Alegre dos Parecis – RO, foi aprovado pela Lei Municipal n.º 970, de 20/12/2016, estimando a receita para o exercício de 2018



no montante de R\$ 32.875.305,48 (Trinta e dois milhões oitocentos e setenta e cinco mil trezentos e cinco reais e quarenta e oito centavos), em cumprimento ao art. 5º da Lei Complementar Federal nº. 101, de 04 de maio de 2000 (LRF), ficando assim distribuídas:

5.1. Estimável Receita Corrente e Receita de Capital

Quadro 02

Receitas Tributária	1.237.835,66
Receitas de Contribuições	65.000,00
Receitas Patrimonial	353.754,48
Receitas de Serviços	417.000,00
Transferências Correntes	29.743.436,30
Outras Receitas Correntes	308.279,04
Total das Receitas Correntes	32.125.305,48
Receitas de Capital	750.000,00
Alienações de Bens	-
Receitas Total Arrecadadas	32.875.305,48

Fonte: Contabilidade

5.2. Estimável Despesa Corrente e Despesa de Capital

Quadro 03

Despesas correntes	R\$30.855.928,26
Pessoal e Encargos	R\$19.503.721,38
Juros e encargos da Dívida	R\$ 129.600,00
Outras Despesas Correntes	R\$ 11.222.606,88
DESPESA DE CAPITAL	R\$1.366.377,22
Investimentos	R\$ 1.186.377,22
Amortização da dívida	R\$ 713.000,00
Reserva de Contingência	R\$ 120.000,00
Total Despesa Corrente + Despesa de Capital	R\$32.875.305,48

Fonte: Contabilidade.

Podemos observar no quadro acima, que a Despesa e Receita orçamentária foram fixadas em R\$32.875.305,48 (Trinta e dois milhões oitocentos e setenta e cinco mil trezentos e cinco reais e quarenta e oito centavos).

6. EVOLUÇÃO DA RECEITA ARRECADADA EM RELAÇÃO AOS EXERCÍCIOS ANTERIORES:

Neste quadro iremos observar a evolução da receita arrecadada em relação aos exercícios anteriores, desta forma atentaremos ao quadro abaixo:

Quadro 04 - Receita Total

RECEITA POR FONTES	2016	2017	2018
--------------------	------	------	------



	Valor	%	Valor	%	Valor	%
RECEITA TRIBUTÁRIA	923.137,30	2,82%	945.656,84	3,02%	1.399.061,83	3,79
Receitas de Contribuições	5,36	0,00002	0,00	0,00	13.293,65	3,60
Receitas Patrimonial	358.893,71	1,10%	279.771,70	0,89%	140.039,60	0,38
Receitas de Serviços	216.886,70	0,66%	254.260,32	0,81%	319.649,20	0,87
TransferênciasCorrentes	32.104.065,96	98,16%	30.609.321,4	97,77%	34.585.139,79	93,64
OutrasReceitasCorrentes	327.322,34	1,00%	837.518,49	2,68%	456.918,00	1,24
Receitas de Capital	2.360.578,62	7,22%	1.829.990,11	5,84%	3.703.862,24	10,03
Alienações de Bens	21.350,00	0,07%	0,00	0,00%	-	-
(R) Deduções da Receitas	(3.605.032,29)	-11,02%	-3.447.662,15	-11,01%	-3.683.762,95	-9,97
Receitas Total Arrecadadas	32.707.207,70	100,00	31.308.856,8	100,00%	36.934.201,35	100,00

Fonte: Contabilidade

7. QUADRO DAS RECEITAS TRIBUTÁRIAS

Quadro 05

ReceitasTributárias	2016		2017		2018	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
IMPOSTOS	820.265,85	3,73%	842.364,45	2,69%	1.271.604,63	3,44
IPTU – PRÓPRIO	193.450,67	0,88%	201.572,44	0,64%	216.082,76	0,59
ISS – PRÓPRIO	201.456,43	0,92%	193.304,28	0,62%	325.778,27	0,88
ITBI – PRÓPRIO	142.419,13	0,65%	215.699,24	0,69%	333.831,01	0,90
IRRF - ATIVO/INAT- PROPRIO	282.939,62	1,29%	231.788,49	0,74%	395.912,59	1,07
TAXAS	102.871,45	0,47%	103.292,39	0,33%	127.457,20	0,35
Total da	923.137,30	4,20%	945.656,84	3,02%	1.399.061,83	3,79
	32.707.207,70	100,00	31.308.856,80	100,00	36.934.201,35	100,00

Fonte: Contabilidade

8. QUADRO COMPARATIVO DAS RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS, DOS ÚLTIMOS TRÊS ANOS.

Verifica-se pelos demonstrativos que iremos apresentar abaixo que a receita total arrecadada no exercício de 2018 na ordem de R\$ 36.934.201,35 (Trinta e seis milhões novecentos e trinta e quatro mil duzentos e um reais e trinta e cinco centavos), representando um comparativo em relação a receita arrecadada do exercício de 2017, houve uma crescimento de 17,97 % . A receita tributária arrecadada no exercício de 2018, comparando com a arrecadação do exercício imediatamente anterior, em valor relativo, aumentou na ordem de 47,95% respectivamente, assim como elucida o quadro abaixo:

Quadro 06

Receitas de Transferências	2016		2017		2018	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
TRANFERÊNCIA DO ESTADO	8.579.489,90	26,23%	8.306.994,24	26,53%	8.868.587,53	
COTA-PARTE DO ICMS	8.011.297,08	24,49%	7.649.091,52	24,43%	8.164.299,34	22,10%
COTA-PARTE DO IPVA	475.967,78	1,46%	522.173,24	1,67%	563.379,61	1,53%



COTA-PARTE IPI/EXP.	30.392,45	0,09%	34.696,56	0,11%	28.648,45	0,08%
COTA-PARTE DA CIDE	36.360,70	0,11%	67.070,40	0,21%	58.495,36	0,16%
Outras Transf. do Estado	25.471,89	0,08%	33.962,52	0,11%	20.000,00	0,05%
TRANSFERENCIA DA UNIÃO	14.047.536,65	42,95%	13.748.094,36	0,00%	15.259.234,15	41,31%
COTA-PARTE DO FPM – PRÓPRIO	10.214.341,42	31,23%	9.857.300,53	31,48%	10.511.690,51	28,46%
COTA-PARTE DO ITR – PRÓPRIO	13.570,76	0,04%	15.130,94	0,05%	17.005,95	0,05%
COTA-PARTE – FEP	62.476,78	0,19%	96.633,96	0,31%	160.741,02	0,44%
TRANSFERENCIA DE REC DO SISTEMA ÚNICO	2.725.157,54	8,33%	2.664.420,96	8,51%	3.608.986,15	9,77%
TRANSF REC DO FUNDO NACIONAL DE ASSIST	301.542,30	0,92%	327.405,72	1,05%	244.538,46	0,66%
TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FNDE	577.545,93	1,77%	717.239,23	2,29%	643.862,57	1,74%
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRA - LC Nº 87/96	11.982,84	0,04%	11.018,52	0,04%	10.400,88	0,03%
OUTRAS TRNSF. DA UNIÃO	140.919,08	0,43%	58.944,50	0,19%	62.008,61	0,17%
TRANSF DE RECURSO DO FUNDEB	7.210.331,04	22,05%	7.220.356,88	23,06%	7.814.522,97	21,16%
TRANSFERENCIA DE CONVENIO DA UNIAO	169.650,00	0,52%	113.100,00	0,36%	-	0,00%
TRANSFERENCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	-	-	-	-	1.000.000,00	2,71%
TRANSFERENCIA DE CONVENIO DO ESTADO	2.097.058,37	6,41%	1.220.596,01	3,90%	1.642.795,14	4,45%
DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE – FUNDEB	(3.605.032,29)	-11,02%	-3.447.662,15	-11,01%	-3.683.762,96	-9,97%
Total de Transferências Correntes	28.499.033,67	87,13%	27.161.659,34	86,75%	34.585.139,79	93,64%
TOTAL GERAL DE TRANSFERENCIAS	32.707.207,70	100,00%	31.308.856,80	100,00%	36.934.201,35	100,00%

Fonte: Contabilidade.

9. DO DESEMPENHO DA RECEITA ARRECADADA EM RELAÇÃO À PLANEJADA.

Vale à pena ressaltar que, fazendo um comparativo entre a Receita Orçada com a Arrecadada, verifica-se que a receita arrecadada atingiu o montante de R\$ 36.934.201,35 (Trinta e seis milhões novecentos e trinta e quatro mil duzentos e um reais e trinta e cinco centavos). Neste sentido, o quadro abaixo apresenta os aspectos do desempenho da receita arrecadada em relação a planejada, vejamos o quadro a seguir:

Quadro 07 - Receita Total

RECEITA POR FONTES	RECEITA	RECEITA	VARIAÇÃO	VARIAÇÃO
	PREVISTA	ARRECADADA	EM VALORES	EM %
RECEITA TRIBUTÁRIA	1.237.835,66	1.399.061,83	161.226,17	13,02%
Receitas de Contribuições	65.000,00	13.293,65	-51.706,35	-79,55%
Receitas Patrimonial	377.615,10	140.039,60	-237.575,50	-62,91%
Receitas de Serviços	417.000,00	319.649,20	-97.350,80	23,35%
Transferências Correntes	35.642.799,09	34.585.139,79	-1.057.659,30	-2,97%
Outras Receitas Correntes	1.107.287,04	456.918,00	-650.369,04	-58,74%
Receitas de Capital	8.262.901,78	3.703.862,24	-4.559.039,54	-55,17%
Alienações de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00%
Deduções	-4.068.510,72	-3.683.762,96	34.747,96	-0,85%
Receitas Total Arrecada	43.041.927,95	36.934.201,35	-6.107.726,60	-14,19%

Fonte: Contabilidade



Podemos observar o percentual da variação em relação à receita arrecadada por fonte, e a receita total arrecadada.

10. QUADRO DAS RECEITAS DE TRANSFERÊNCIA

Quadro 08

Quadro das Receitas de Transferência				
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS	RECEITA PREVISTA	RECEITA ARRECADADA	VARIAÇÃO EM	VARIAÇÃO EM %
Transferências do Estado	9.265.000,00	8.868.587,53	-396.412,47	-4,28%
Cota-Parte do ICMS	8.373.753,60	8.164.299,34	-209.454,26	-2,50%
Cota-Parte IPVA	580.000,00	563.379,61	-16.620,39	-2,87%
Cota-Parte IPI/EXP.	38.000,00	28.648,45	-9.351,55	-24,61%
Cota-Parte da CIDE	120.846,40	53.764,77	-67.081,63	-55,51%
Outras Transf. do Estado	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00
Transferências da União	15.706.492,30	15.259.234,15	-447.258,15	-2,85%
Cota-Parte FPM – próprio	11.323.300,00	10.511.690,51	-811.609,49	-7,17%
Cota-Parte do ITR – próprio	15.000,00	17.005,95	2.005,95	13,37%
Cota-Parte do FEP	160.000,00	160.741,02	741,02	0,46%
Transferência de Rec. do sistema único –	3.021.483,69	3.608.986,15	587.502,46	19,44%
Trans. rec do Fundo Nacional de Assist.	345.200,00	244.538,46	-100.661,54	-29,16%
Transferências de recursos do FNDE	635.000,00	643.862,54	8.862,57	1,40%
Transferências financeira - LC nº 87/96 -	12.500,00	10.400,88	2.099,12	16,79%
Outras Transf. da União	194.008,61	62.008,61	-132.000,00	-68,04%
Trans. de recurso do Fundeb	8.171.947,02	7.814.522,97	-357.424,05	-4,37%
Transferência de convenio da União	-	-	-	
Transferências de Instituições Priadas	1.000.000,00	1.000.000,00	0,00	0,00
Transferência de convenio do estado	1.499.359,77	1.642.795,14	143.435,14	9,57%
Deduções da receita corrente – Fundeb	-4.068.510,72	-3.83.762,96	384.747,76	-9,46%
Total de Transferências Correntes	35.642.799,09	34.585.139,79	-1.057.659,30	-2,97%

11. QUADRO DAS RECEITAS TRIBUTÁRIAS

Quadro 09

RECEITAS TRIBUTÁRIAS	RECEITA PREVISTA	RECEITA ARRECADADA	VARIAÇÃO EM	VARIAÇÃO EM %
IMPOSTOS	1.077.581,21	1.271.604,63	194.023,42	18,01%
IPTU – PROPRIO	385.000,00	216.082,76	-168.917,24	-43,87%
ISS – PROPRIO	167.581,21	325.778,27	158.197,06	94,40%
ITBI – PROPRIO	275.000,00	333.831,01	58.831,01	21,39%
IRRF - ATIVO/INAT-	250.000,00	395.912,59	145.912,59	58,37%
TAXAS	160.254,45	127.457,20	-32.797,25	-20,47%
Total das Receitas Tributárias	1.237.835,66	1.399.061,83	161.226,17	13,02%

Fonte: Contabilidade.



Como exemplificado acima, através dos demonstrativos apresentados, a receita tributária arrecadada no exercício de 2018 apresentou-se superior ao valor estimado. Destacamos neste quadro que o setor de arrecadação efetuou trabalho de fiscalização e autuação nos órgãos devedores, para recebimento de crédito recuperáveis dos últimos cinco anos, tendo surtido efeito na arrecadação do ISS próprio e ITBI, sendo que o Departamento de receita deste Município, foi um dos cinco Municípios convidados pelo Tribunal de Contas do Estado no encontro do PROFAZ para apresentar os projetos e quais foram as medidas adotadas para recuperação dos créditos.

12. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DAS RECEITAS CORRENTES E RECEITAS DE CAPITAL.

Quadro 10

Receitas	Exercício 2018		
	Previsão atualizada	Recebida	Resultado
CORRENTE	38.847.536,89	36.914.102,07	(-)1.933.434,82
CAPITAL	8.262.901,78	3.703.862,24	(-)4.559.039,54
Dedução Fundeb	4.068.510,72	3.683.762,96	-384.747,76
Total	43.041.927,95	36.934.201,35	(-)6.552.474,36

Fonte: Contabilidade.

Quadro 11 – Execução Orçamentária das Despesas

Despesas	EXERCÍCIO 2018		
	Previsão atualizada	Execução	Resultado
CORRENTE	32.648.854,63	30.973.830,83	-1.675.023,80
CAPITAL	11.855.613,66	6.793.802,17	-5.061.811,49
Total	44.504.468,29	37.767.633,00	-6.736.835,29

Fonte: Contabilidade.

As Receitas e Despesas realizadas no exercício de 2018 pelo Município de Alto Alegre dos Parecis, têm-se comportado da seguinte maneira, vejamos o resultado no quadro abaixo.

Quadro 12

ESPECIFICAÇÕES	R\$ VALOR
(+) Receitas Correntes	33.230.339,11
(-) Despesas Correntes	30.973.830,83
(+) Receita de Capital	3.703.862,24
(-) Despesas de Capital	6.042.340,05
(-) Amortização Dívida	751.462,12
Déficit Corrente Real	-833.431,65

Fonte: Contabilidade.



As Receitas Correntes, e a de Capital Arrecadada totalizaram um montante de R\$ 36.934.201,35 (Trinta e seis milhões novecentos e trinta e quatro mil duzentos e um reais e trinta e cinco centavos). A fonte de Receita mais expressiva na composição da Receita Arrecadada total foram as Transferências Correntes, mesmo assim com um déficit de R\$ 833.431,65 (Oitocentos e trinta e três mil quatrocentos e trinta e um reais e sessenta e cinco centavos).

13. DESPESAS

A participação da Despesa Empenhada sobre a Receita Arrecadada no exercício de 2018 apresentou um comprometimento da Receita na ordem de 102,26%, conforme demonstramos a seguir:

Quadro 13

Exercício de 2018		
Receita Arrecadada	Despesa Empenhada	Participação da Despesa/ Receita
R\$ 36.934.201,35	R\$ 37.767.633,00	(-) R\$ 833.431,65

Fonte: Contabilidade.

14. DEMONSTRATIVO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA

Quadro 14

ESPECIFICAÇÃO	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas a pagar
Câmara Municipal	1.315.627,97	1.315.627,97	0,00
Gabinete do Prefeito	73.767,93	73.360,45	407,48
Secretaria Municipal de Assistência Social	1.148.380,76	1.111.861,84	36.518,92
Secretaria Municipal de Finanças, Administração e Planejamento	8.163.173,08	7.240.267,04	922.906,04
Secretaria Municipal de Educação	14.278.246,01	12.996.996,92	1.281.249,09
Secretaria Municipal de Obras	1.235.570,32	1.017.768,41	217.801,91
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável	833.308,99	781.782,69	51.526,30
Secretaria Municipal de Saúde	10.307.084,10	8.203.701,93	2.103.382,17
Secretaria Municipal de Esportes, Cultura e Turismo	90.469,97	77.038,90	13.431,07
Sistema Autônomo de Água e Esgoto - SAAE	322.003,87	285.042,57	36.961,30
TOTAL ORÇAMENTÁRIO	37.767.633,00	33.103.448,72	4.664.184,28

Fonte: Contabilidade



15. DEMONSTRATIVO DOS RECURSOS FINANCEIROS DE CONVÊNIOS NÃO REPASSADOS CUJAS DESPESAS FORAM EMPENHADAS.

Quadro 15

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	OBJETO DO CONTRATO	ENTE RESPONSÁVEL PELO REPASSE	VALOR TOTAL DO CONTRATO	VALOR NÃO REPASSADO
12.361.0010.1023	Const. de Escola 12 SALAS	FNDE TC-PAR Nº 7970/2013	813.947,12	318.278,54
10.301.0022.1018	Reforma de Unid. Bás. deSaúde-PS VB/16002	CR Nº 16002-2016 MS-CX	82.016,30	80.000,00
10.301.0022.1018	Reforma de Unid. Bás. deSaúde-PS P44 /16003	CR Nº 16002 -2016 MS-CX	84.327,21	80.000,00
10.301.0022.1028	Const. Unid. A.E.Saúde-CR Nº 839924-2016MS-CX	CR Nº 839924-2016 MS-CX	543.171,84	250.320,00
10.301.0022.1029	Const. Unid. A.E.Saúde-CR Nº 839930-2016MS-CX	CR Nº 839930-2016 MS-CX	761.002,31	399.504,00
TOTAL GERAL			2.284.464,78	1.128.102,54

Fonte: Contabilidade

Fora realizada uma análise da despesa Orçamentária Empenhada, liquidada e paga, podemos observar no quadro acima uma despesa a pagar processada no montante de R\$4.664.184,28 (quatro milhões seiscentos e sessenta e quatro mil cento e oitenta e quatro reais e vinte e oito centavos), porém isso em virtude de repasses não efetuados, já confrontando entre a receita geral e despesa geral executada. Neste contexto, houve um déficit financeiro na ordem de 833.431,65 (Oitocentos e trinta e três mil quatrocentos e trinta e um reais e sessenta e cinco centavos), em desacordo com o art. 16 § 1º, inciso 1º da Lei de ResponsabilidadeFiscal.

- Conforme quadro TC – 38no quadro demonstrativo dos recursos financeiros de convênios podemos verificar que não foram repassados o montante no exercício de 2018 a cifra de **R\$ 1.128.102,54** (um milhão cento e vinte e oito mil cento e dois reais e cinquenta e quatro centavos), no entanto são despesas contratadas para a manutenção de infra estrutura no município que ainda estão aguardando o cronograma de desembolso financeiro pelo entes concedentes .

16. VERIFICAÇÃO DO CUMPRIMENTO DE LIMITES CONSTITUCIONAIS/LEGAIS

A Legislação estabelece limites mínimos para aplicação de recursos na Educação e Saúde, bem como os limites máximos para despesas com pessoal e remuneração de agentes políticos.

Quadro 16

RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS (ART, 212 DA C.F.)	VALOR R\$
1 - Imposto Próprio	1.293.279,08



I.P.T.U.	216.082,76
I.T.B.I.	333.831,01
I.S.S.Q.N.	325.778,27
I.R.R.F.	395.912,59
Dívida Ativa Impostos	157.851,65
Multas e Juros da dívida	51.746,79
Multas e Juros de Impostos	21.674,45
2 - Transferências Estaduais	8.756.327,40
I.C.M.S.	8.164.299,34
I.P.V.A.	563.379,61
I.P.I.	28.648,45
3 - Transferências Federais	10.539.097,34
F.P.M.	10.511.690,51
I.T.R.	17.005,95
ICMS Desoner. Exportação	10.400,88
4 - Total Geral de Impostos (item 1+2+3)	20.798.302,26
5 - Valor Mínimo para cumprimento do artigo 212 da Constituição Federal (25%) (item 4x25%)	5.199.575,57
6 - Valor Mínimo para cumprimento ao artigo 60 dos ADCT da Constituição Federal (item 5x60%)	3.119.745,34

Fonte: Contabilidade.

O Limite Constitucional Relativo à aplicação de 25% na Educação (Atendendo o Artigo 212 da Constituição Federal.

Quadro 17

RECEITA A SER CONSIDERADA	Valor (R\$)
RECEITA TOTAL DE IMPOSTOS / TRANSFERÊNCIAS	R\$ 20.798.302,26
TOTAL DAS DESPESAS COM ENSINO FUNDAMENTAL	R\$ 6.757.548,25
PERCENTUAL %	32,49%

Fonte: Contabilidade.

Os valores das despesas demonstrados tiveram como fonte, os balancetes despesa e receita do mês de dezembro e anexo VIII da educação do exercício 2018. Conforme o demonstrativo acima verifica-se que o Município aplicou 32,49% (trinta e dois vírgula trinta e nove por cento) dos impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, atendendo assim a demanda básica no Ensino Fundamental, como manutenção em transporte escolar, manutenção das escolas, pagamento de servidores, pessoal de apoio, água, energia, telefone, combustível e lubrificantes, manutenção dos bens móveis e imóveis, e demais serviços e materiais de consumo, desta forma demonstra assim que o preceito constitucional, no art. 212 da Carta Magna, relativo as despesas com educação foi cumprido.



- Aplicação do percentual mínimo de 60 % dos recursos oriundos do FUNDEB na remuneração dos profissionais do magistério (artigo 60, XII do ADCT da CF, Art. 22, caput da Lei Federal nº 11.494/2007).

Quadro 18

1. RECEITA DE TRANSFERÊNCIA DO FUNDEB	VALOR R\$	%
1.1- 20% retido FPM/ICMS/IPI	3.683.762,96	47,12%
1.2 - Ganho recebido	4.130.760,01	52,83%
1.3 - Aplicação Financeira	4.127,35	0,05%
1.4 - Total Recurso recebido no FUNDEB (item 1.1 + 1.2 + 1.3)	7.818.650,32	100,00%
2. APLICAÇÃO DE ACORDO COM A LEI 9.394/96	VALOR R\$	%
2.1 - Mínimo de 60% com remuneração dos profissionais do magistério	4.691.190,19	60,00%
2.2 - Máximo de 40% com outras despesas	3.127.460,13	40,00%
	7.818.650,32	100,00%
3. DESPESAS EXECUTADAS CONSIDERANDO ART. 70 E 71 LEI FEDERAL 9.394/96	VALOR R\$	%
3.1 Remuneração dos profissionais do magistério	5.778.572,48	73,91
3.4 Outras despesas do FUNDEB	2.600.235,43	33,25
4. TOTAL GERAL GASTO NO FUNDEB(item 3.3+3.4)	8.378.807,91	107,16%

Fonte: Contabilidade.

Quadro 19

COMPONENTE	VALOR (R\$)
Transferência do FUNDEB	R\$ 7.814.522,97
(+) Aplicação Financeira	R\$ 4.127,35
Total	R\$ 7.818.650,32
Total de gastos efetuados com profissionais do Magistério em efetivo exercício pagos com recursos do Fundeb	R\$ 5.778.572,48
Mínimo de 60% com remuneração dos profissionais do magistério	4.691.190,19
Valor acima do limite (60% do FUNDEB com profissionais do Magistério)	1.087.382,29
Percentual aplicado	73,91%

Fonte: Contabilidade.

Conforme Demonstrativo acima, evidencia-se que o município aplicou o valor de **R\$ 5.778.572,48** (cinco milhões setecentos e setenta e oito mil quinhentos e setenta e dois reais e quarenta e oito centavos), equivalendo a **73,91%** dos recursos oriundos do FUNDEB, em gastos com a remuneração dos profissionais do magistério, CUMPRINDO o estabelecido artigo 60, XII do ADCT da CF, Art. 22, caput da Lei Federal nº 11.494/2007.



17. DEMONSTRATIVO PARA VERIFICAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO ARTIGO 198 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL C/C ARTIGO 77 DO ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS – ADCT (Despesa com Saúde)

Quadro 20

A-RECEITA COM IMPOSTOS (INCLUÍDAS AS TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS)	R\$ 20.798.302,26
Total da Despesa com Função Saúde	10.307.084,10
(-) Despesas liquidadas com Transf. Federal Saúde (PAB,MAC/AIH e Conv.)	1.878.747,81
(-) Despesas liquidadas com transferências de outros recursos Estadual e federal para a Saúde (Convênios e incrementos)	2.975.484,24
C – TOTAL DA DESPESA COM SAÚDE A SER CONSIDERADA	5.452.852,05
D – ÍNDICE APLICADO = C/B	26.22%

Fonte: Contabilidade

- O percentual mínimo de aplicação em Ações e Serviços Públicos de saúde que corresponde a 15% das receitas com impostos, inclusive transferências; estabelecido no § 1º do artigo 77 do ADCT.
- Pelo demonstrativo acima, constata-se que o montante aplicado foi da ordem de R\$ 5.452.852,05 (Cinco milhões quatrocentos e cinquenta e dois mil oitocentos e cinquenta e dois reais e cinco centavos), correspondendo a um percentual de 26.22% da receita de impostos, inclusive transferências, ficando evidenciado que o município **CUMPRIU** o referido dispositivo constitucional, ressaltando que nesta análise fora considerada despesa efetivamente empenhada, e, liquidada e paga dentro do exercício, e ainda, as despesas inscritas em restos a pagar quando há disponibilidade financeira de caixa.

18. DESPESAS COM PESSOAL (ARTIGO 169 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, REGULAMENTADO PELA LEI COMPLEMENTAR N.º 101/2000.

- Limite máximo de 54% da receita Corrente Líquida para os gastos com pessoal do Município (Prefeitura, Câmara, Fundos,) – Artigo 169 da Constituição Federal, regulamentado Art. 20, III, “b” da Lei Complementar nº. 101/2000, considerando os últimos 12 meses:

Quadro 21

DA DESPESA COM PESSOAL PODER EXECUTIVO 2018		
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	19.520.165,56	7.520,88
Pessoal Ativo	19.516.526,28	7.520,88
Pessoal Inativo e Pensionistas	3.639,28	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	2.291.790,29	168,11



Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	408.519,54	168,11
Despesas de exercícios Anteriores de período Anterior ao da	209.043,80	0,00
IRRF Pessoal ativo (Parecer Prévio nº 056/2002/TCE-RO)	395.912,59	0,00
PACS/PSF (Parecer Prévio nº 177/2003/TCE-RO)	836.157,65	0,00
Verbas indenizatórias (Parecer Prévio nº 09/2013/TCE-RO)	442.156,71	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	17.228.375,27	7.352,77
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	31.998.268,87	0,00
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	17.235.728,04	53,86
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - Executivo	17.279.065,19	54,00
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - Executivo 51,30%	16.415.111,93	51,30
LIMITE DE ALERTA (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - Executivo 48,6%	15.551.158,67	48,60

Fonte: Contabilidade.

Como podemos observar o Município de Alto Alegre dos Parecis/RO, conforme, demonstra os dados no quadro acima, e também constante no relatório de Gestão Fiscal do Terceiro Quadrimestre de 2018 não cumpriu com as determinações da Legislação vigente na aplicação dos gastos totais com despesa de pessoal. No entanto, queremos enfatizar que o poder executivo utilizou-se de todos os instrumentos legais e cabíveis para deduzir o montante da despesa de pessoal conforme os pareceres prévios do TCE-RO, sendo assim apresentando no período o montante de despesa de pessoal realizada de R\$ 17.235.728,04 (dezessete milhões duzentos e trinta e cinco mil setecentos e vinte e oito reais e quatro centavos), atingindo assim 53,86% da receita corrente líquida porém dentro do limite máximo permitido e em desacordo com o limite prudencial.

Saliento que o Departamento de Controle Interno através do Memorando nº 020/CI/2018, na data de 13.06.2018, e Memorando nº 003/CI/2019 de 27.02.2019, notificou e orientou o Prefeito desta Municipalidade o Senhor Marcos Aurélio Marques Flores, alertando sobre os percentuais que estavam em desacordo com os limites legais.

19. DA PUBLICAÇÃO DOS RELATÓRIOS DE GESTÃO FISCAL E RREO (ART.8º C/C ANEXO DA IN Nº 39/2013.

Quadro 22

Período	Meio de Comunicação
1º Bimestre	Portal Transparência
2º Bimestre	Portal Transparência
1º Quadrimestre	Portal Transparência
3º Bimestre	Portal Transparência
4º Bimestre	Portal Transparência
2º Quadrimestre	Portal Transparência
5º Bimestre	Portal Transparência



6º Bimestre	Portal Transparência
3º Quadrimestre	Portal Transparência

Fonte: Contabilidade.

20. AVALIAÇÃO DAS METAS ANUAIS ESTABELECIDAS NA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS E LIMITES CONSTITUCIONAIS

- As metas de Arrecadação realizadas em relação às previstas de acordo com o Artigo 4º, § 1º da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Quadro 23

Meta Fiscal da Receita		
Meta Anual LDO	Realizada	% Realizado
32.875.305,48	36.934.201,35	112,35%

Fonte: Contabilidade.

A Meta Fiscal da Receita estabelecida na Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2018 foi atingida, sendo prevista uma meta de R\$ 32.875.305,48 (Trinta e dois milhões oitocentos e setenta e cinco mil trezentos e cinco reais e quarenta e oito Centavos), no entanto o resultado alcançado no exercício foi de R\$ 36.934.201,35 (Trinta e seis milhões novecentos e trinta e quatro mil duzentos e um reais e trinta e cinco centavos), correspondendo ao percentual de 112,35% da previsão, estando cumprindo com a meta fixada para do previsto.

21. DO REPASSE AO LEGISLATIVO.

Quadro 24

Repasse do Duodécimo ao Poder Legislativo Municipal 2018	
RECEITA	2017
(A) - RECEITA TRIBUTÁRIA	945.656,84
IPTU	201.572,44
I.R.R.F.	231.788,49
ITBI	215.699,24
ISSQN	193.304,28
Taxas	103.292,39
(B) - TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	18.121.965,15
ITR	15.310,94
IPVA	522.173,24
ICMS	7.649.091,52
FPM	9.857.300,53
LC Nº 87/96	11.018,52
CIDE	67.070,40
(C) - OUTRAS RECEITAS CORRENTE D	90.232,46
MULTAS E JUROS DA DÍVIDA ATIVA	20.053,59
DÍVIDA ATIVA DE TRIBUTOS	70.178,87



(D) - TOTAL = (A+B+C)	19.157.854,45
(E) - RECEITA 7% = (C*7%)	1.341.049,81
(F) - REPASSE = (D/12)	111.754,15
(G) - LIMITE PESSOAL MENSAL = (E*70%)	78.227,91
(H) - LIMITE PESSOAL ANUAL = (D*70%)	938.734,87
VALOR REPASSADO EM 2018	1.341.049,81
PERCENTUAL DE REPASSE	7,00%

Fonte: Contabilidade.

No entanto podemos observar que o município de Alto Alegre dos Parecis/RO, cumpriu com a lei de responsabilidade Fiscal, referente ao repasse Constitucional ao Poder legislativo, atendendo o princípio da legalidade e da competência das fontes prevista para apuração do cálculo de repasse, desta forma buscando zelar as obrigações impostas pela legislação a serem cumpridas.

22. DO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

22.1. O comportamento da Execução Orçamentária quadro da Receita consta da seguinte forma:

Quadro 25

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	Previsão Inicial(a)	Previsão Atualizada(b)	Receitas Realizadas(c)	Saldo (d) = (c-b)
Receitas Correntes (I)	32.125.305,48	34.779.026,17	33.230.339,11	-1.548.687,06
Receita Tributária	1.237.835,66	1.237.835,66	1.399.061,83	161.226,17
Receita de Contribuições	65.000,00	65.000,00	13.293,65	-51.706,35
Receita Patrimonial	353.754,48	377.615,10	140.039,60	-237.575,50
Receita de Serviços	417.000,00	417.000,00	319.649,20	-97.350,80
Transferências Correntes	29.743.436,30	31.574.288,37	30.901.376,83	-672.911,54
Outras Receitas Correntes	308.279,04	1.107.287,04	456.918,00	-650.369,04
Receitas de Capital (II)	750.000,00	8.262.901,78	3.703.862,24	-4.559.039,54
Transferências de Capital	750.000,00	8.262.901,78	3.703.862,24	-4.559.039,54
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	32.875.305,48	43.041.927,95	36.934.201,35	-6.107.726,60
Operações de Crédito Refin (IV)	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFIN (V) = (III+IV)	32.875.305,48	43.041.927,95	36.934.201,35	-6.107.726,60
Déficit (VI)	-	-	833.431,65	-
TOTAL (VII) = (V + VI)	32.875.305,48	43.041.927,95	37.767.633,00	-6.107.726,60
Saldos de Exercícios Anteriores	-	1.462.540,34	1.462.540,34	-

Fonte: Contabilidade.

Como podemos observar em análise do balanço orçamentário, com o comparativo das receitas previstas atualizada e as receita efetivamente realizadas tiveram um comportamento deficitário da perspectiva planejada, para cada fonte de recurso, apesar da crise financeira e política



que vem ocorrendo no país retraindo assim a economia, houve assim um congelamento em algumas das principais fontes de arrecadação dos municípios, as receitas atualizadas no valor de R\$ 36.934.201,35 (trinta e seis milhões, novecentos e trinta e quatro mil, duzentos e um reais e trinta e cinco centavos).

No entanto passaremos a demonstrar as receitas realizadas por grupos as suas movimentações, as receitas correntes recebidas e arrecadadas somaram o montante de R\$ 33.230.339,11 (trinta e três milhões, duzentos e trinta mil, trezentos e trinta e nove reais e onze centavos). Portanto, em confronto com a receita prevista atualizada apresentou um déficit de arrecadação no montante de R\$ 1.548.687,06 (um milhão, quinhentos e quarenta e oito mil, seiscentos oitenta e sete reais e seis centavos).

No contexto geral, o balanço orçamentário demonstra a dificuldade em que se encontra o município para poder executar as ações planejadas inicialmente na Lei Orçamentária Anual, ainda queremos ressaltar que ao efetuarmos a projeção da receita fomos criteriosos para a realização do orçamento, em referência as receitas de capital também não obteve eficácia na realização de suas previsões de arrecadação conforme os convênios firmados pelo ente foram abertos vários créditos suplementares no exercício por excesso de arrecadação de convênios, porém alguns não foram repassados integralmente, e outros ainda cancelados pelo governo do estado referente à pavimentação asfáltica, ainda foram realizado superávit financeiro por fonte de recurso no valor de R\$ 1.462.540,34 (um milhão quatrocentos e sessenta e dois mil quinhentos e quarenta reais e trinta e quatro centavos) referente ao saldo do exercício de 2017.

22.2. Do Equilíbrio da Previsão e Execução Orçamentária

Quadro 26.

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO 2018
Previsão Inicial da Receita	32.875.305,48
Previsão Inicial da Despesa	32.875.305,48
Previsão Atualizada da Receita	43.041.927,95
Previsão Atualizada da Despesa	44.504.468,29
Receita Realizada	36.934.201,35
Despesas Empenhadas	37.767.633,00
Despesas Liquidadas	33.103.448,72
Despesas Pagas	30.527.142,69
Receita Realizada Corrente	33.230.339,11
Despesas Realizadas Correntes	30.973.830,83
Superávit Financeiro	1.462.540,34
Credito Adicional (excesso de arrecadação)	11.629.162,81

Fonte: Contabilidade.



O equilíbrio orçamentário resultante da previsão inicial da receita e despesa, no entanto a previsão do orçamento esta equilibrado, em referência a previsão atualizada da receita e despesa também esta equilibrado, no entanto a despesas atualizadas esta maior pelo motivo do superávit financeiro não compor no quadro das receitas atualizadas. Portanto a diferença entre receita e despesa atualizada se refere a superávit financeiro, na execução orçamentaria entre receitas e despesas realizadas também apresentou um despesa orçamentaria maior que as receita realizada, desta forma como já foi mencionado no quadro atualizado, refere se a despesa executadas com superávit financeiro, ainda despesas empenhadas de convênios onde suas receitas não foram totalmente repassadas, ainda outras despesa que passaram sem a disponibilidade financeira por fonte entre elas as do Fundeb, mas em sua maioria das fontes tiveram o equilíbrio na execução financeira e orçamentaria. O Superávit Financeiro foi aberto conforme fonte de recurso vinculado, e o Crédito adicional (excesso de Arrecadação) são oriundos de convênios aberto durante o exercício.

22.3. O comportamento da execução orçamentária quadro da despesa foi o seguinte:

Quadro 27

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (E)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (F)	DESPESAS EMPENHADAS (G)	DESPESAS LIQUIDADAS (H)	DESPESAS PAGAS (I)	SALDO DA DOTAÇÃO (J) = (F - G)
DESPESAS CORRENTES (IX)	30.855.928,26	32.648.854,63	30.973.830,83	29.383.115,79	27.224.244,04	1.675.023,80
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	19.503.721,38	20.827.063,06	20.484.622,16	20.477.101,28	19.146.994,50	342.440,90
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	129.600,00	50.000,00	36.482,61	36.482,61	36.482,61	13.517,39
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	11.222.606,88	11.771.791,57	10.452.726,06	8.869.531,90	8.040.766,93	1.319.065,51
DESPESAS DE CAPITAL (X)	1.366.377,22	11.243.513,66	6.198.614,72	3.125.145,48	2.707.711,20	5.044.898,94
INVESTIMENTOS	1.186.377,22	11.048.661,18	6.042.340,05	2.968.870,81	2.551.436,53	5.006.321,13
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	180.000,00	194.852,48	156.274,67	156.274,67	156.274,67	38.577,81
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XI)	120.000,00					
RESERVA DO RPPS (XII)						
SUBTOTAL DAS DESPESAS (XIII) = (IX + X + XI + XII)	32.342.305,48	43.892.368,29	37.172.445,55	32.508.261,27	29.931.955,24	6.719.922,74
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO (XIV)	533.000,00	612.100,00	595.187,45	595.187,45	595.187,45	16.912,55
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XV) = (XIII + XIV)	32.875.305,48	44.504.468,29	37.767.633,00	33.103.448,72	30.527.142,69	6.736.835,29



SUPERÁVIT(XVI)						
TOTAL (XIVI) = (XII+XII)	32.875.305,48	44.504.468,29	37.767.633,00	33.103.448,72	30.527.142,69	6.736.835,29

Fonte: Contabilidade.

Como podemos observar as movimentações da despesa orçamentária, ao confrontarmos tanto as despesas correntes empenhadas e liquidadas com as receitas correntes houve um equilíbrio financeiro superavitário satisfatório. Ainda enfatizar, que as receitas corrente também e comprometida com as despesas de capital durante a execução, principalmente com a execução da dívida ativa e algumas aquisições de bens permanentes.

Assim, em referência as despesas de capitais atualizadas em confronto as despesas realizadas obtivemos um saldo orçamentário final elevado, pelo motivo de anulações de convênios já abertos pelo Governo do Estado, onde os mesmos não foram empenhados. Ainda podemos observar que o total das despesas autorizadas está maior que os das receitas, referem-se ao superávit financeiro do exercício anterior abertos por fontes de recursos, as despesas de pessoal e encargos sociais neste anexo não estão deduzidas as despesas conforme os pareceres do TCE-RO, conforme se encontra na gestão fiscal, no entanto, os mesmos demonstram toda despesa consolidada do poder executivo e legislativo deste município, como podemos observar no geral a execução orçamentária esteve equilibrada no exercício.

22.4. Despesas executadas por tipo de Créditos, como podemos observar no quadro abaixo.

Quadro 28

DESPESAS POR TIPO DE CREDITOS	DESPESAS EMPENHADAS
ORÇAMENTARIA E SUPLEMENTAR	30.472.744,23
DESPESAS CORRENTES	28.971.083,09
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	19.881.274,47
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	36.482,61
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	9.053.326,01
DESPESAS DE CAPITAL	1.501.661,14
INVESTIMENTOS	750.199,02
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	751.462,12
ESPECIAL	7.294.888,77
DESPESAS CORRENTES	2.002.747,74
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	603.347,69
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.399.400,05
DESPESAS DE CAPITAL	5.292.141,03
INVESTIMENTOS	5.292.141,03
TOTAL	37.767.633,00

Fonte: Contabilidade.



No entanto, podemos observar as movimentações individualizadas por tipos de crédito onde preconiza o total das despesas orçamentária e suplementar no montante de 30.472.744,23 (trinta milhões, quatrocentos setenta e dois mil, setecentos e quarenta e quatro reais e vinte e três centavos) deste montante são despesas correntes 28.971.083,09 (vinte e oito milhões, novecentos e setenta e um mil, oitenta e três reais e nove centavos) compostos por pessoal e encargos sociais, juros e encargos da dívida e outras despesas correntes conforme demonstrado no quadro acima, DESPESA DE CAPITAL composta por investimentos e amortização da dívida consolidada.

Das despesas **ESPECIAIS** totalizaram o montante de 7.294.888,77 (setes milhões, duzentos e noventa e quatro mil, oitocentos e oitenta e oito reais e setenta e sete centavos). Compostos também pela execução de despesas corrente com pessoal e encargos sociais e outras despesas corrente e as despesas de capital como investimento demonstrado no quadro acima, oriundo de recursos recebidos da iniciativa privada usina Santo Antônio e demais créditos aberto no exercício de recursos já previstos onde não havia elementos das despesas específicos.

22.5. Anexo I – demonstrativo de execução de restos a pagar não processados.

Quadro 29

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	EM EXERCICIO ANTERIORES	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCICIO ANTERIOR	LQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	33.666,56	743.240,07	684.721,68	682.446,95	75.615,68	16.659,27
Pessoal e encargos sociais	0,00	173.336,68	171.336,68	169.731,05	1.734,66	107,13
Outras Despesas correntes	33.666,56	569.903,39	513.226,79	512.215,90	73.881,02	16.462,14
DESPESAS DE CAPITAL	69.420,26	947.778,90	943.176,86	943.176,86	574,57	73.457,73
Investimentos	69.420,26	947.778,90	943.176,86	943.176,86	574,57	73.457,73
TOTAL	103.086,82	1.691.028,97	1.627.898,54	1.625.623,81	76.190,25	90.027,00

Fonte: Contabilidade

Sobre da Execução dos Restos a Pagar Não Processados: os restos a pagar não processados inscritos até o exercício anterior são informados nas suas respectivas fases de execução. Quanto das suas movimentações no exercício do montante de inscrito ate o exercício anterior de R\$ 1.794.115,79 (um milhão setecentos e noventa e quatro mil cento e quinze reais e setenta e nove centavos) foram liquidados R\$ 1.627.898,54 (um milhão seiscentos e vinte e sete mil oitocentos e noventa e oito reais e cinquenta e quatro centavos) foram pagos R\$ 1.625.623,81(um milhão seiscentos e vinte e cinco mil seiscentos e vinte e três reais e oitenta e um centavos) e cancelados R\$ 76.190,25 (setenta e seis mil cento e noventa reais e vinte e cinco centavos) ficando como saldo para o próximo exercício o montante de 92.301,73 (noventa e dois mil trezentos e um reais e setenta



e três centavos). Porém o relatório demonstra como saldo o valor de R\$ 90.027,00 (noventa mil e vinte e sete reais) queremos explicar, que do total liquidado no exercício não foram pagos o montante de R\$ 2.274,73 (dois mil duzentos e setenta e quatro reais e setenta e três centavos) que não é demonstrado neste relatório porque o mesmo só tratar de restos a pagar não processados, em contra partida o que foi liquidado e não pagos não vão para o quadro dos processados por não tratar de uma inscrição original.

22.6. Anexo II – demonstrativo de execução de restos a pagar processados.

Quadro 30

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS	EM EXERCICIO ANTERIORES	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCICIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADO S	SALDO
DESPESAS CORRENTES	6.799,30	519.120,73	486.438,64	38.382,20	1.099,19
Pessoal e encargos sociais	241,33	204.189,59	167.997,11	35.649,62	784,19
Outras Despesas correntes	6.557,97	314.931,14	318.441,53	2.732,58	315,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	550.201,17	550.201,17	0,00	0,00
Investimentos	0,00	550.201,17	550.201,17	0,00	0,00
TOTAL	6.799,30	1.069.321,90	1.036.639,81	38.382,20	1.099,19

Fonte: Contabilidade.

Em referência ao anexo II do balanço orçamentário, dos restos a pagar processados tiveram suas movimentações quase todos em suas totalidades, a maior parte foram pagos, passando para o exercício seguintes despesas de encargos sociais e demais despesas correntes que serão pagas no exercício subsequente.

23. DO BALANÇO FINANCEIRO

23.1. A movimentação apresentada no Balanço Financeiro está assim demonstrada:

Quadro 31

INGRESSOS	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Orçamentária (I)	36.934.201,35	31.308.856,80
Ordinária	19.131.634,03	16.612.347,15
Vinculada	17.802.567,32	14.696.509,65
Recursos Vinculados à Educação	2.793.810,28	1.349.609,41
Recursos Vinculados à Saúde	5.615.201,75	3.534.907,13
Recursos Vinculados à Assistência Social	244.538,46	327.405,72
Recursos Vinculados ao Fundeb	7.814.522,97	7.220.356,88
Outras Destinações de Recursos Vinculadas	1.275.998,50	2.264.230,51
Transferências Financeiras Recebidas (II)	12.766.040,16	10.334.948,29
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária	12.766.040,16	10.334.948,29
Recebimentos Extraorçamentários (III)	7.240.490,31	2.763.779,11
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	4.664.184,28	1.691.028,97
Inscrição de Restos a Pagar Processados	2.576.306,03	1.069.321,90
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		3.428,24
Saldo do Exercício Anterior (IV)	5.448.780,47	5.262.377,73



Caixa e Equivalentes de Caixa	5.448.780,47	5.262.377,73
TOTAL (V) = (I + II + III + IV)	62.389.512,29	49.669.961,93
DISPÊNDIOS	Exercício Atual	Exercício Anterior
Despesa Orçamentária (VI)	37.767.633,00	32.068.206,62
Ordinária	11.125.609,74	9.315.775,28
Vinculada	26.642.023,26	22.752.431,34
Recursos Vinculados à Educação	5.798.454,74	4.637.250,33
Recursos Vinculados à Saúde	10.174.321,69	
Recursos Vinculados à Assistência Social	379.545,74	
Recursos Vinculados ao Fundeb	8.411.841,55	7.261.517,69
Outras Destinações de Recursos Vinculadas	1.855.129,92	2.765.969,61
Transferências Financeiras Concedidas (VII)	12.766.040,16	10.334.948,29
Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária	12.766.040,16	10.334.948,29
Pagamentos Extraorçamentários (VIII)	2.677.636,52	1.818.026,55
Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados	1.625.623,81	1.203.427,21
Pagamentos de Restos a Pagar Processados	1.036.639,81	611.172,57
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados Outros Recebimentos Extraorçamentários	15.372,90	3.426,77
Saldo para o Exercício Seguinte (IX)	9.178.202,61	5.448.780,47
Caixa e Equivalentes de Caixa	9.178.202,61	5.448.780,47
TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)	62.389.512,29	49.669.961,93

Fonte: Contabilidade

O Balanço Financeiro evidencia as receitas e despesas orçamentárias, também os ingressos e dispêndios extra orçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

Assim, o Balanço Financeiro contempla duas seções: Ingressos (Receitas Orçamentárias e Recebimentos Extra orçamentários) e Dispêndios (Despesa Orçamentária e Pagamentos Extra orçamentários), que se equilibram com a inclusão do saldo do exercício anterior na coluna dos ingressos e o saldo para o exercício seguinte na Coluna dos dispêndios. Também evidenciam a movimentação dos restos a pagar, ou seja, demonstra as inscrições e pagamentos no período.

As transferências financeiras são concebidas e recebidas são os repasses financeiros feitas de forma extra orçamentário, destinadas a manutenção de fundações e autarquias bem como em cumprimento a determinações constitucionais, como é o caso do repasse a Poder Legislativo, ao Fundo Municipal de Saúde, ao fundo municipal de assistência social e demais fundos, desta forma em análise ao anexo 13, podemos verificar que as transferências financeiras concedidas e recebidas estão em conformidades, obedecendo assim todos os limites constitucionais de repasse e registro das informações no quadro abaixo:

Quadro 32

Transferências Financeiras Recebidas		Transferências Financeiras Concedidas	
Câmara Municipal		Câmara Municipal	



	1.341.049,00		1.341.049,00
Fundo Municipal De Saúde	4.729.570,61	Fundo Municipal De Saúde	4.729.570,61
Fundo Mun. De Assistência Social	671.963,12	Fundo Mun. De Assistência Social	671.963,12
Suprimento Financeiro Prog/Conv Saúde	5.735.402,79	Suprimento Financeiro Prog/Conv Saúde	5.735.402,79
Suprimento FinProg/Conv A. Social.	262.633,61	Suprimento FinProg/Conv A. Social.	262.633,61
Devolução Transferências Recebidas	25.421,03	Devolução Transferências Recebidas	25.421,03
Total de transferências Financeiras Recebidas	12.766.040,16	Total de transferências Financeiras Concedidas	12.766.040,16

Fonte: Contabilidade

Os recebimentos e Pagamentos Extra orçamentários, esta categoria contempla a movimentação dos restos a pagar e das cauções, em referencia os restos a pagar podemos observar que todas as movimentações no balanço financeiro esta em conformidades com os valores registrados no anexo 17 – demonstrativo da divida fluante, no entanto o saldo atual da conta de restos a pagar, estão de acordo com os valores registros no anexo 12 - balanço orçamentário e seus anexos auxiliares I e II.

Sendo assim, podemos observar a movimentação e o saldo para o exercício seguinte dos Restos a Pagar apresentado no Anexo 17 - Demonstração da Dívida Flutuante conforme o quadro abaixo:

Quadro 33

CONTA	SALDO ANTERIOR	INSCRIÇÕES	BAIXAS	CANCELAMENTO	SALDO P/ EXERCÍCIO SEGUINTE
Restos a Pagar	2.870.236,99	7.240.490,31	2.662.263,62	114.572,45	7.333.891,23
Cauções	11.893,94	0,00	0,00	0,00	11.893,94
Total	2.882.130,93	7.240.490,31	2.662.263,62	114.572,45	7.345.785,17

Fonte: Contabilidade.

Desta forma podemos observar que as inscrições de restos a pagar no exercício esta em conformidade com o anexo 17 e Anexo 12, sendo inscritos de restos a pagar R\$ 7.240.490,31(sete milhões duzentos e quarenta mil quatrocentos e noventa reais e trinta e um centavos) as movimentações de baixas segue na mesma conformidade, foram pagos de restos o montante de R\$ 2.662.263,62 (dois milhões seiscentos e sessenta e dois mil e duzentos e sessenta e três reais e sessenta e dois centavos) cancelamentos de despesas contratadas por rompimento de contratos e outros que não foram utilizados os saldos para a manutenção da administração sem prejuízo para as partes envolvidas.



O saldo para o exercício seguinte disponível em Bancos Conta movimento, representando o valor de R\$ 9.178.202,61 (nove milhões, cento e setenta e oito mil, duzentos e dois reais e sessenta e um centavos), que representa todo financeiro consolidado nas contas do poder executivo, fundos e autarquias, onde o mesmo está em conformidade valor registrado no caixa e equivalente de caixa no Balanço Patrimonial-Anexo 14.

24. DO BALANÇO PATRIMONIAL

24.1. O Balanço Patrimonial do exercício está assim representado:

Quadro 34 - Ativo Circulante

Caixa e Equivalentes de Caixa	9.178.202,61	5.448.780,47
Créditos a Curto Prazo	178.008,10	203.344,72
Estoques	29.294,90	69.219,08
Total do Ativo Circulante	9.385.505,61	5.721.344,27
Ativo Não Circulante		
Realizável a Longo Prazo	1.399.883,89	753.495,03
Créditos a Longo Prazo	16.672,90	635.444,74
Investimentos Temporários a Longo Prazo		99.433,00
Estoques	11.000,00	
Imobilizado	34.635.300,67	30.800.273,04
Total do Ativo Não Circulante	36.062.857,46	32.288.645,81
TOTAL DO ATIVO	45.448.363,07	38.009.990,08
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Passivo Circulante		
Obrigações Trab., Prev. e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	1.273.113,91	200.676,39
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	1.228.612,01	861.792,67
Demais Obrigações a Curto Prazo	89.944,90	25.546,08
Total do Passivo Circulante	2.591.670,82	1.088.015,14
Passivo Não Circulante		
Obrigações Trab., Prev. e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo	3.745.605,17	4.102.395,08
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	60.205,03	87.992,42
Demais Obrigações a Longo Prazo	799.667,30	277.270,41
Total do Passivo Não Circulante	4.605.477,50	4.467.657,91
Patrimônio Líquido		
Ajustes de Avaliação Patrimonial	162.507,32	162.507,32
Resultados Acumulados	38.088.707,43	32.291.809,71
Total do Patrimônio Líquido	38.251.214,75	32.454.317,03
TOTAL DO PASSIVO E DO	45.448.363,07	38.009.990,08



PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
---------------------------	--	--

Fonte: Contabilidade.

24.2. Quadro Dos Ativos E Passivos Financeiros E Permanentes

Quadro 35

Ativo(I)	Exercício Atual	Exérc. Anterior
Ativo Financeiro	9.178.202,61	5.448.780,47
Ativo Permanente	36.270.160,46	32.561.209,61
Total do Ativo	45.448.363,07	38.009.990,08
Passivo (II)		
Passivo Financeiro	7.345.882,10	2.882.130,93
Passivo Permanente	4.605.477,50	4.467.657,91
Total do Passivo	11.951.359,60	7.349.788,84
Saldo Patrimonial (III) = (I – II)	33.497.003,47	30.660.201,24

Fonte: Contabilidade.

O Caixa e Equivalentes de Caixa compreende o somatório dos valores consolidados das contas do poder executivo municipal e suas entidades, representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade, desta forma queremos elencar a composição desta conta consolidadas de forma detalhada onde a mesma esta representada no quadro abaixo:

Quadro 36

a) PREFEITURA	b) FMS	C = FMAS	D = SAAE	E=(A+B+C+D) B.PATRIMONIAL CONSOLIDADO
5.099.354,29	3.780.696,00	116.172,65	181.979,67	9.178.202,61

Fonte: Contabilidade.

Em análise ao registro deste grupo de contas, podemos verificar que esta em conformidade com o saldo para o exercício seguinte no anexo 13, e também em conformidade com o caixa e equivalente de caixa no anexo 18.

24.3. Dos créditos a Curto Prazo.

Quadro 37

ESPECIFICAÇÃO	Saldo do Exercício 2017	ENTRADAS	SAÍDAS	SALDO FINAL Exercício 2018
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	203.344,72	227.401,68	252.738,30	178.008,10

Fonte: Contabilidade.

O saldo da conta crédito em curto prazo, sua composição refere se aos valores inscrito de créditos a recuperar em curto prazo consolidado, do montante R\$ 164.408,10 (cento e sessenta e



quatro mil quatrocentos e oito reais e dez centavos pertence a Autarquia Municipal de Água e Esgoto – SAAE , referente as serviços prestados no fornecimento de agua e outros serviços alocados, e o montante de 13.600,00 (treze mil seiscentos reais) e referente a entidade prefeitura, de créditos de adiantamentos a fornecedores, e decorrente de alienação, e outros recuperáveis a curto prazo.

24.4 Estoque

Quadro 38

ESPECIFICAÇÃO	Saldo do Exercício 2017	ENTRADAS	SAÍDAS	SALDO FINAL Exercício 2018
Estoques	69.219,08	3.357.536,69	3.397.460,87	29.294,90

Fonte: Contabilidade

Quanto ao saldo da conta estoque, ele é oriundo da consolidação da entidade SAAE – Autarquias Municipal de Águas e Esgotos, referente a insumos e produtos para realização do tratamento e fornecimento de águas a sociedade.

24.5 Realizável a Longo Prazo

Créditos realizáveis a longo e composto pela dívida ativa tributárias e demais créditos da dívida ativa não tributária, ou seja, créditos do ativo não financeiro resultante de multas e acordão a agentes políticos e servidores, no entanto passaremos a demonstrar a composição do saldo desta conta.

Quadro 39

ESPECIFICAÇÃO	SALDO DO EXERCÍCIO 2017	INSCRIÇÃO E RECLASSIFICAÇÃO	RECEBIMENTOS	PROVISÃO PARA PERDAS	SALDO FINAL Exercício 2018
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	753.495,03	1.284.998,96	171.283,06	467.327,04	1.399.883,89

Fonte: Contabilidade.

Desta forma queremos exemplificar que as movimentações de inscrição tiveram algumas reclassificações de ativos não financeiros para se adequarem na conta, mas apropriada, do montante da dívida foram provisionados possíveis valores para perda conforme demonstrado no quadro acima e balancete contábil no sistema sub patrimonial onde está demonstrado toda a movimentação, desta forma passaremos no quadro abaixo demonstrar o detalhamento desta composição do realizável em longo prazo.

24.6. Realizável em Longo Prazo refere a dívida ativa tributária do IPTU, com a seguinte composição



Quadro 40

LIVROS	IPTU	MULTAS	JUROS	TOTAL
2006				
2007	1.822,36	90,52	2.505,19	4.418,07
2008	1.814,04	89,87	2.288,24	4.192,15
2009	1.713,77	84,90	1.955,96	3.754,63
2010	3.944,95	196,00	3.840,52	7.981,47
2011	12.735,85	633,88	11.013,30	24.383,03
2012	13.254,10	659,74	10.399,91	24.313,75
2013	15.074,86	750,36	10.020,16	25.845,38
2014	43.410,17	2.166,19	23.653,59	69.229,95
2015	59.345,23	2.961,98	25.214,40	87.521,61
2016	95.839,32	4.784,76	29.222,03	129.846,11
2017	124.815,98	6.232,26	23.069,82	154.118,06
2018	172.984,43	8.637,89	12.098,71	193.721,03
TOTAL	546.755,06	27.288,35	155.281,83	729.325,24

Fonte: Contabilidade.

24.7. Realizável a Longo Prazo refere a dívida ativa tributaria do ISS, com a seguinte composição

Quadro 41

LIVROS	ISS	MULTAS	JUROS	TOTAL
2006	101,24	5,04	145,78	252,06
2007	122,04	6,09	165,96	294,09
2008	386,28	19,30	472,04	877,62
2009	1.554,01	77,63	1.788,14	3.419,78
2010	2.101,42	105,00	2.157,08	4.363,50
2011	753,83	37,66	701,01	1.492,50
2012	934,85	46,71	751,19	1.732,75
2013	3.005,78	42,59	1.088,20	4.136,57
2014	4.403,10	220,06	2.509,63	7.132,79
2015	8.625,94	430,97	3.881,35	12.938,26
2016	16.323,65	815,78	5.223,23	22.362,66
2017	26.986,81	793,60	3.173,23	30.953,64
2018	255.589,16	53.227,53	19.221,08	328.037,77
TOTAL	320.888,11	55.827,96	41.277,92	417.993,99

Fonte: Contabilidade.

Podemos observar que a dívida ativa tributaria vem aumentando gradualmente a cada exercício, desta forma com um índice muito expressivo com fulcro a partir do exercício de 2016, um dos motivos deste crescimento vegetativo elevado foram às adoções de inscrição de multas e juros no final do exercício no montante da dívida que foram apontamento prestações de contas de exercícios anteriores, com esta medida o saldo da dívida cresceu significativamente, ainda não o bastante além dos esforços iniciados no exercício como protestos e cobranças amigáveis para melhorar os recebimentos, e diminuir a inadimplência, queremos salientar que ainda não



alcançamos a meta almejada, mas já tivemos uma melhora significativa em comparação ao exercício anterior.

24.8. Realizáveis em Longo Prazo refere a dívida ativa não Tributária de outros ativos.

Quadro 42

ESPECIFICAÇÃO	SALDO DO ATIVO NÃO TIBUTÁRIO
DVANT – DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA	
ATIVO 59	96.029,21
ATIVO 60	20.095,46
ATIVO 61	8.877,93
ATIVO 64	11.437,85
ATIVO 65	20.095,46
ATIVO 69	697,58
ATIVO 70	1.752,55
ATIVO 71	7.609,50
ATIVO 72	1.006,55
ATIVO 73	32.308,32
ATIVO 74	12.764,05
ATIVO 76	49.924,19
TOTAL DO ATIVO	262.598,65

Fonte: Contabilidade.

No entanto queremos demonstrar que o montante destes ativos não financeiros fazem parte da composição da conta realizável em longo prazo, estes ativos são de multas e acordão imputadas a agentes políticos e servidores do ente.

24.9. Composição do Realizável a Longo Prazo

Quadro 43

DVAT – IPTU	DVAT – ISSQS	DVANT – ATIVOS	AJUSTE PARA PERDA IPTU – ISS PRINCIPAL	AJUSTE PARA PERDA IPTU – ISS MULTAS/JUROS	TOTAL
729.325,24	417.993,99	262.598,65	4.245,96	5.788,03	1.399.883,89

Fonte: Contabilidade.

No entanto podemos verificar a composição da conta realizável a longo prazo, composta pela dívida ativa do IPTU, do ISS e da DVANT – dívida ativa não tributárias, ainda pelos ajuste para possíveis perda no próximo exercício referente ao principal da dívida e multas e juros.

24.10. Do ativo Imobilizado

Quadro 44

ESPECIFICAÇÃO	ENTRADAS			SAÍDAS		SALDO FINAL
	SALDO ANTERIOR	RES. DA EXECUÇÃO	IND. DA EXECUÇÃO	RES. DA EXECUÇÃO	IND. DA EXECUÇÃO	
ATIVO REALIZÁVEL A LG PRAZO	30.800.273,04	4.013.433,59	-	- 1.476,69	179.882,65	34.635.300,67
Bens Móveis	16.542.277,70	2.137.127,59	-	-	69.715,75	18.609.689,54



Bens Imóveis	14.283.261,34	1.893.374,98	-	-	110.166,90	16.066.469,42
Depreciação, Exaustão e Amortização	-25.266,00	-17.068,98	-	-	1.476,69	-40.858,29

Fonte: Contabilidade.

O ativo imobilizado, composto por bens móveis e bens imóveis, como podemos observar houve um crescimento no patrimônio, devido à aquisição de novos bem moveis, no valor de R\$ 2.137.127,59 (dois milhões cento e trinta e sete mil cento e vinte e sete reais e cinquenta e nove centavos) como veículos de tração mecânica, equipamentos utensílios médicos, odontológico e hospitalar, equipamentos de comunicação e mobiliário em geral, equipamentos e processamento de dados, máquinas e equipamentos, nos bens imóveis também houve incorporações de obras em andamento no montante de R\$ 1.893.374,98 (um milhão oitocentos e noventa e três mil trezentos e setenta e quatro reais e noventa e oito centavos).

No entanto, como podemos observar houveram saída de bens moveis baixa de veículo de tração mecânica do poder legislativo, foram baixado por reclassificação de obras em andamento para edifícios no montante de 110.166,90 (cento e dez mil cento e dezesseis reais e noventa centavos).

25. PASSIVO CIRCULANTE

25.1. Obrigações Trabalhista Previdenciária e Assistências a Pagar a Curto Prazo.

Nesta conta estão registradas as despesas consolidadas prefeitura e dos Fundos municipal de Saúde e Fundo Municipal de Assistência Social que se refere a valores provisionados para pagamento obrigações trabalhistas, encargos de pessoal e encargos patronais, despesa que passaram em restos a pagar para serem pagas no exercício seguinte.

25.2 -Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo.

Compreendem as obrigações consolidadas a pagar, junto a fornecedores de matérias-primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais da entidade, bem como as obrigações decorrentes do fornecimento de utilidades e da prestação de serviços, tais como de energia elétrica, água, telefone, propaganda, aluguéis e todas as outras contas a pagar.

25.3 – Demais Obrigações a Curto Prazo.

Os valores registrados neste grupo, na conta valores a restituir que são referente a consignações de cauções, referente a garantias contratuais de obras realizadas no município, indenizações de rescisão de contratos servidores, e as outras obrigações consolidadas a curto prazo.

26 - PASSIVO NÃO CIRCULANTE

26.1 - Passivo Não Circulante - Obrigações Trab. e Previdenciárias



Quadro 45

Quantidade Parcelas	Entidade Financeira	Saldo Exercício Seguinte
26	INSS-PREF	158.344,10
23	INSS-PREF	107.529,05
35	INSS-PREF	718.692,59
174	INSS-PREF	2.761.039,43
TOTAL DAS OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS		3.745.605,17

Fonte: Contabilidade.

No que compete aos encargos sociais consolidados a pagar, são débitos parcelados ao longo prazo no montante atualizado R\$3.745.605,17 (três milhões setecentos e quarenta e cinco mil seiscentos e cinco reais e dezessete centavos) que compõe a dívida ativa consolidada previdenciária, conforme registrado no anexo 16.

26.2. Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo.

Quadro 46

Quantidade	Entidade Financeira	Saldo Exercício
26	CERON-PREF	62.205,03
TOTAL DAS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO		62.205,03

Fonte: Contabilidade.

São obrigações contraídas referentes a débitos parcelados de energia elétrica junto a Central elétrica de Rondônia.

26.3. Demais Obrigações a Longo Prazo.

Quadro 47

Passivo N°	Entidade Financeira	Saldo Exercício Seguinte
21	TRIBUNAL DE JUSTIÇA – PRECATÓRIOS	62.079,08
33	TRIBUNAL DE JUSTIÇA - PRECATÓRIOS.	18.381,76
34	TRIBUNAL DE JUSTIÇA - PRECATÓRIOS.	40.386,29
35	TRIBUNAL DE JUSTIÇA - PRECATÓRIOS.	25.189,50
36	TRIBUNAL DE JUSTIÇA - PRECATÓRIOS.	119.949,98
37	TRIBUNAL DE JUSTIÇA - PRECATÓRIOS.	85.913,32
38	TRIBUNAL DE JUSTIÇA - PRECATÓRIOS.	85.913,32
39	TRIBUNAL DE JUSTIÇA - PRECATÓRIOS.	85.913,32
40	TRIBUNAL DE JUSTIÇA - PRECATÓRIOS.	106.736,11
41	TRIBUNAL DE JUSTIÇA - PRECATÓRIOS.	169.204,62
TOTAL DAS OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS		799.667,30

Fonte: Contabilidade.

São obrigações referentes a débitos parcelados de sentenças judiciais referente a precatórios inscritos e parcelados aonde os mesmos vem sendo pagos conforme negociação com o credor e homologação no Tribunal de Justiça.

26.4. Patrimônio Líquido – Resultados Acumulados



Conforme, a demonstração das variações Patrimoniais Quantitativas, Aumentativas e Diminutivas, podemos observar que, durante o exercício a variação patrimonial aumentativa teve uma movimentação muito superior que a variação patrimonial diminutiva, desta forma obtendo um **RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO** positivo no Exercício foi de R\$ 5.796.897,72 (cinco milhões setecentos e noventa e seis mil oitocentos e noventa e sete reais e setenta e dois centavos) consequentemente aumentando assim o resultado do exercício e do patrimônio líquido evidenciado assim no Balanço Patrimonial anexo 14.

Quadro 48

Descrição	Valor (R\$)
1. Variação Patrimonial Aumentativo (DVP)	54.005.992,40
2. Variação Patrimonial Diminutivo (DVP)	48.209.094,68
3. Resultado Patrimonial apurado no período (1-2)	5.796.897,72
4. Resultado evidenciado na DVP	5.796.897,72
5. Resultado (3-4) Confere?: 0 = Sim / Outros valores = Não (inconsistência)	-
6. Resultados Acumulados (Exercício anterior - Balanço Patrimonial)	32.454.317,03
7. Ajustes de exercícios anteriores (Exercício Atual - Balanço Patrimonial)	-
8. Resultados Acumulados apurado no período (3+6+7)	38.251.214,75
9. Resultados Acumulados demonstrado no Balanço Patrimonial	38.251.214,75
10. Resultado (8-9) Confere?: 0 = Sim / Outros valores = Não (inconsistência)	-

Fonte: Contabilidade.

27. DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Anexo 15 - com a Demonstração das Variações Patrimoniais, as contas tiveram a seguinte movimentação:

Quadro 49

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.963.059,84	1.306.131,83
Impostos	1.835.602,64	1.211.851,80
Taxas	127.457,20	94.280,03
Contribuições	13.293,65	-
Contribuição de Iluminação Pública	13.293,65	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	319.649,20	60.572,52
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	319.649,20	60.572,52
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	246.060,33	296.309,60
Juros e Encargos de Mora	106.020,73	24.465,07
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	140.039,60	271.844,53
Transferências e Delegações Recebidas	51.063.330,19	32.439.329,94
Transferências Intragovernamentais	12.774.328,16	18,34
Transferências Intergovernamentais	38.289.002,03	32.439.311,60
Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos	216.639,13	2.052.261,45
Ganhos com Incorporação de Ativos	122.456,10	8.000,00
Desincorporação de Passivos	94.183,03	2.044.261,45



Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	183.960,06	685.078,80
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	183.960,06	685.078,80
Total das Variações Patrimoniais Aumentativas (I)	54.005.992,40	36.839.684,14
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		
Pessoal e Encargos	21.432.716,33	16.150.539,51
Remuneração a Pessoal	16.699.702,78	10.383.812,56
Encargos Patronais	3.505.112,48	4.964.352,40
Benefícios a Pessoal	788.064,09	517.036,03
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	439.836,98	285.338,52
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	3.943,93	6.234,10
Aposentadorias e Reformas	304,65	5.300,24
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	3.639,28	933,86
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	7.461.023,28	5.001.155,23
Uso de Material de Consumo	3.397.460,87	2.321.416,00
Serviços	4.046.493,43	2.679.739,23
Depreciação, Amortização e Exaustão	17.068,98	
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	74.972,78	107.085,46
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	40.784,20	93.525,27
Juros e Encargos de Mora	3.360,55	2.019,30
Variações Monetárias e Cambiais	2.028,03	11.540,89
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas – Financeiras	28.800,00	
Transferências e Delegações Concedidas	16.544.742,18	13.790.152,10
Transferências Intragovernamentais	12.834.279,22	10.334.929,95
Transferências Intergovernamentais	3.683.762,96	3.447.662,15
Transferências a Instituições Privadas	10.500,00	
Transferências a Consórcios Públicos	16.200,00	7.560,00
Desvalorização e Perdas de Ativos e Incorporação de Passivos	1.597.011,77	683.646,60
Redução a Valor Recuperável e Ajuste para Perdas	579.082,20	2.486,84
Incorporação de Passivos	977.135,12	587.861,05
Desincorporação de Ativos	40.794,45	93.298,71
Tributárias	214.924,86	207.517,40
Contribuições	214.924,86	207.517,40
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	879.759,55	680.598,78
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	879.759,55	680.598,78
Total das Variações Patrimoniais Diminutivas (II)	48.209.094,68	36.626.929,18
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (III) = (I – II)	5.796.897,72	212.754,96

Fonte: Contabilidade.

Demonstração das Variações Patrimoniais – Demonstração que evidencia as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício, ainda queremos evidenciar que os resultados da demonstração esta apresentada de forma consolidada, apresentam as seguintes entidades: Prefeitura municipal de Alto Alegre dos Parecis, Câmara Municipal, Fundo Municipal de Saúde e Fundo Municipal de Assistência Social e Autarquia Municipal de Água e Esgoto - SAAE.

27.1. RESULTADO PATRIMONIAL

Conforme a demonstração das variações Patrimoniais Aumentativas e Diminutivas, podemos observar que durante o exercício as variações patrimoniais aumentativas teve sua movimentação superior às variações patrimoniais diminutivas, desta forma o **RESULTADO**



PATRIMONIAL DO PERÍODO do Exercício foi superavitário n montante de R\$5.796.897,72 (cinco milhões setecentos e noventa e seis mil oitocentos e noventa e sete reais e setenta e dois centavos) consequentemente aumentou o patrimônio líquido evidenciado assim no Balanço Patrimonial anexo 14 e também podemos observar no quadro abaixo:

Quadro 50

1. VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA	54.005.992,40	
2. VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA	48.209.094,68	
3. QUOCIENTE (1/2)	1,00	
1. VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA	54.005.992,40	112,02%
2. VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA	48.209.094,68	100%
3. DIFERENÇA (1-2)	5.796.897,72	12,02%

Fonte: Contabilidade.

Podemos verificar que houve resultado superavitario entre a soma das variações patrimoniais aumentativas no valor de R\$ 54.005.992,40 (cinquenta e quatro milhoes, cinco mil novecentos e noventa e dois reais e quarenta centavos) correnpondendo a 112,02% das variações diminutivas, portanto as movimentações das variações patrimoniais diminutivas foram no montante de R\$ 48.209.094,68 (quarenta e oito milhões duzentos e nove mil, noventa e quatro reais e sessenta e oito centavos0 correspondendo igual a 100% para a base de apuração do resultado, desta forma podemos observar que o resultado das variações patrimoniais no exercício apresentou o resultado positivo no valor de R\$ 5.796.897,72 (cinco milhoes setecentos e noventa e seis mil oitocentos e noventa e sete reais e setenta e dois centavos) que representa um aumento da situação patrimonial no exercício.

27.2. Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos.

Esta variação aumentativa refere-se a receitas de serviços de captação e adução, tratamento de agua da autarquia municipal SAAE, serviço de horas maquina prestado aos munícipes com base em legislação do município.

27.3. Transferências e Delegações Recebidas

Nesta conta encontra-se registradas as transferências intragovernamentais, que são os repasses extra-orçamentárias recebidos pelas diversas entidades do Poder Executivo, também evidenciada no Balanço Financeiro; as receitas orçamentárias de Transferências Constitucionais e Legais.

28. DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

28.1 Anexo 18 - passaremos apresenta a movimentação do fluxo de caixa.

Quadro 51

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	
---	--



Ingressos		
Receitas derivadas e originárias	2.328.962,28	2.317.207,35
Transferências correntes recebidas	43.667.416,99	37.496.607,63
Desembolsos		
Pessoal e demais despesas	28.332.647,02	28.257.399,64
Juros e encargos da dívida	36.482,61	138.108,00
Transferências concedidas	12.790.040,16	10.342.508,29
Fluxo de caixa líquido das atividades operacionais (I)	4.837.209,48	1.075.799,05
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Ingressos		
Desembolsos		
Aquisição de ativo não circulante	4.044.814,56	1.769.218,77
Fluxo de caixa líquido das atividades de investimento (II)	-4.044.814,56	-1.769.218,77
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Ingressos		
Transferências de capital recebidas	3.703.862,24	1.829.990,11
Desembolsos		
Amortização /Refinanciamento da dívida	751.462,12	950.169,12
Fluxo de caixa líquido das atividades de financiamento (III)	2.952.400,12	879.820,99
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (I+II+III)	3.744.795,04	186.401,27
CAIXA DE EQUIVALENTE DE CAIXA INICIAL	5.448.780,47	5.262.377,73
Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa	3.744.795,04	186.401,27
Ingressos Extraorçamentários		3.428,24
Egressos Extraorçamentários	15.372,90	3.426,77
CAIXA DE EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	9.178.202,61	5.448.780,47

Fonte: Contabilidade.

Demonstração dos Fluxos de Caixa tem por finalidade apresentar informações sobre os fluxos das transações e eventos que afetaram o caixa do Município ao longo de um determinado período, de forma organizada e estruturada por atividades, permitindo melhor compreensão da articulação entre as diversas demonstrações financeiras. Por meio desta demonstração é possível avaliar as alternativas de investimentos e as razões que provocaram as mudanças da situação financeira do governo, as formas de aplicação do resultado superavitário gerado pelas operações e até mesmo os motivos de eventuais déficits.

Esta Demonstração dos Fluxos de Caixa foi elaborada pelo método direto e evidencia as movimentações no caixa e seus equivalentes, nos seguintes fluxos: das operações; dos investimentos e dos financiamentos.

28.2. Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais

Compreende os ingressos, inclusive decorrentes de receitas originárias e derivadas, e os desembolsos relacionados com a ação pública e os demais fluxos que não se qualificam como de



investimentos ou financiamentos. Os ingressos estão compostos pelas Receitas Correntes e de Capital, as Transferências Correntes e de Capital, as Transferências Intragovernamentais, que são os repasses financeiros recebidos pelas entidades consolidadas do Poder Executivo. Os desembolsos representam os valores pagos da despesa orçamentária, bem como os restos a pagar processados e não processados. É formado também pelas Transferências Intragovernamentais, são os repasses concedidos para as entidades consolidadas do Poder Executivo. O fluxo líquido das atividades operacionais no exercício de 2018 foi de R\$ 4.837.209,48 (quatro milhões oitocentos e trinta e sete mil duzentos e nove reais e quarenta e oito centavos) evidenciando o quanto o Município gerou de caixa suficiente para amortizar dívidas, manter a capacidade de expansão das despesas com recursos próprios e fazer novos investimentos.

28.3. Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos

Refere se aos recursos relacionados à captação de recursos e à amortização de empréstimos e financiamentos. Quanto aos ingressos no exercício de 2018 teve movimentação de recursos vinculados a convênios, teve também desembolso no exercício referente amortização da dívida.

28.4. Caixa e Equivalentes de Caixa Final

Para o exercício seguinte, R\$ 9.178.202,61(nove milhões cento e setenta e oito mil duzentos e dois reais e sessenta e um centavos). No entanto, em atendimento a que descreve o MCASP e a determinação do TCE, em referencia ao saldo de caixa e equivalente de Caixa final desta conta deve conciliar com o valor da conta Caixa e Equivalentes de Caixa do Balanço Patrimonial, contudo elencar que o saldo esta em consonância e harmonia em ambos os anexo.

29. DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DAS CONTAS DO ATIVO PERMANENTE.

Quadro 52

CONTAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	MOVIMENTO DO EXERCÍCIO				SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE
		INSCRIÇÃO		BAIXA		
		RES.EXEC. ORC.	IND. EXEC. ORC.	RES. EXEC. ORC.	IND. EXEC. ORC.	
CREDITO A CURTO PRAZO	203.644,72	-	242.774,58	-	252.738,30	193.381,00
ESTOQUES	69.219,08	3.357.536,69	-	3.397.460,87	-	29.294,90
REALIZAVEL A LONGO PRAZO	753.495,03	-	1.284.998,96	171.283,06	467.327,04	1.399.883,89
Credito a Longo Prazo	635.444,74	-	-	-	634.144,74	1.300,00
Investimentos e Aplicações Temporárias	99.433,00	-	-	-	99.433,00	-
OUTROS ESTOQUES	-		11.000,00	-	-	11.000,00
IMOBILIZADO	30.800.273,04	4.013.433,59	-	-	178.405,96	34.635.300,67
Bens Móveis	16.542.277,70	2.137.127,59	-	-	69.715,75	18.609.689,54



Bens Imóveis	14.283.261,34	1.893.374,98	-	-	110.166,90	16.066.469,42
Depreciação, Exaustão e Amortização.	-25.266,00	-17.068,98	-	-	-1.476,69	-40.858,29
TOTAL GERAL	32.561.209,61	7.370.970,28	1.538.773,54	3.568.743,93	1.632.049,04	36.270.160,46

Fonte: Contabilidade.

30. QUANTITATIVO DE SERVIDORES EM 31.12.2018

Quadro 53

1 Agente Político	<u>06</u>
2 Efetivo	<u>539</u>
3 Comissionado	<u>47</u>
4 Pensionista	<u>01</u>
Total	593

Fonte: Diretoria de Recursos Humanos – DRH

31. DAS ATIVIDADES REALIZADAS PELA CONTROLADORIA INTERNA

Cumpre-se nos informar que o Departamento de Controle Interno da Prefeitura Municipal de Alto Alegre dos Parecis RO, passou por um processo de mudança de Controlador Interno, precisamente no dia 06 de Setembro de 2018, assumindo-se assim uma nova equipe no Departamento de Controladoria. Há de se ressaltar, que o processo de interação do andamento das atividades desenvolvidas pelo Departamento deu-se de forma lenta.

Dessa forma, vale à pena salientar que, praticamente não existiam documentos recebidos/enviados, isso de forma geral, havia uma carência de documentos sistematizados no Departamento, impossibilitando uma análise de quais eram as ações planejadas e executadas, e quais eram os acompanhamentos da Controladoria das decisões exaradas pelo Tribunal.

Diante disso, entende-se que a qualidade na prestação do serviço público, como atividade de interesse coletivo, visando a sua aplicação diretamente a população, não pode parar, deve ser sempre contínuo, pois, sem esta continuidade poderá acarretar prejuízos aos usuários, no que compete ao cumprimento da função, entendemos que a continuidade é expressamente uma condição do serviço adequado.

Assim, a partir da nomeação desta Controladora, montamos uma equipe com o intuito de promover ações no Departamento de Controle Interno, nesta linha, oportuno então que se diga que algumas ações foram realizadas compreendendo o período de Setembro de 2018 até a atualidade.

Ressaltamos que, buscamos regulamentar o Departamento de Controle Interno, através do Decreto nº 024/GP/ de 24 de Janeiro de 2019, onde dispõe sobre o Sistema de Controle Interno Municipal, elaboração do Plano Anual de Auditoria (PAAI), aprovado através do Decreto nº



026/GP/ de 29 de Janeiro de 2019 e fomentamos algumas ações exercidas na coletividade como o Manual Sobre a Rotina e Manuseio de Processos Administrativos, através Decreto nº 180/GP/ de 28 de Novembro de 2018, ações que culminaram com a criação da Lei da Ouvidoria, Lei Ordinária 1155 de 2018 de 22 de Novembro de 2018, e, assim com dedicação exclusiva para a atividade de Controladoria buscamos efetivar algumas ações.

Como explicitado a posteriori, muitos são os desafios encontrados, todavia, o Departamento de Controle tem atuado de forma relevante dentro do contexto da Administração Pública. Assim, faz necessário ressaltar, que o Departamento de Controle Interno tem atuado no fortalecimento da equipe técnica do controle, com o propósito precípua de verificar as fragilidades nos meandros desta Municipalidade, alertando o Gestor sobre o percentual de folha, sobre as determinações exaradas pelo TCE/RO, sobre o envio de relatórios a esta Corte de Contas de forma tempestiva, como também expandir as informações adquiridas através dos cursos.

Neste contexto, no que tange o período de responsabilidade deste Controle Interno buscamos desenvolver atividades de forma diária, conjuntamente, sendo que todos os procedimentos adotados foram no sentido de orientação, alerta, ao Gestor do Município e aos Secretários das Unidades Gestoras. De toda verificação realizada pelo Controle Interno foram emitidos documentos (memorandos, ofícios ou até pareceres), as recomendações visaram sanar as irregularidades ou deficiências administrativas detectadas.

32. DAS AVALIAÇÕES QUANTO AO CUMPRIMENTO DAS DETERMINAÇÕES DO TRIBUNAL.

Em relação a avaliação constante na Prestação de Contas do exercício de 2017 informamos que fora recebido no dia 21/01/2019, estamos efetuando o acompanhamento das determinações exaradas nos autos 1665/2018/TCE-RO, neste embasamento segue abaixo alguns dos apontamentos emitidos pelo Tribunal de Contas que foram efetuados alguns encaminhamentos.

a) observância dos alertas, determinações e recomendações exaradas no âmbito da Prestação de Contas dos exercícios de 2015 e 2016, respectivamente exaradas nos Acórdão APL-TC 00374/16 do Processo nº 1412/16 e Acórdão APL-TC 00570/17 do Processo nº 01473/17;

R: O Departamento de Controle Interno assim que tomou ciência das recomendações exaradas no âmbito da prestação de contas de 2015 e 2016 e 2017 constantes nos Acórdãos acima citado, enviou um relatório ao Senhor Prefeito Marcos Aurélio Marques Flores, Relatório nº 01/CI/2019 de 08 de



Março de 2019, onde recomenda uma reunião com os Departamentos responsáveis para sanar as irregularidades pendentes.

b) instituição de plano de ação com o objetivo de melhorar os indicadores do IEGM, especialmente, aqueles relacionados à qualidade dos serviços aos usuários e a conformidade da legislação, contendo, no mínimo, os seguintes requisitos: definição do objetivo, estratégia (ação/atividade), metas, prazo e responsável;

R: Não atendido.

c) Determinação à Controladoria Geral do Município para que acompanhe e informe, por meio do Relatório de Auditoria Anual (encaminhados junto as Contas Anuais), as medidas adotadas pela Administração quanto às recomendações dispostas na decisão a ser prolatada, assim como no Acórdão APL-TC 00374/16 do processo nº 1412/16 e Acórdão APL-TC 00570/17 do processo nº 1473/17; manifestando-se quanto ao atendimento ou não pela Administração, sob pena de aplicação de multa, em autos apartados, prevista no inciso IV do art. 55 da Lei Complementar nº 154/96; e

R: Oportuno então que se diga, que o Departamento de Controle Interno assim que tomou ciência das recomendações exaradas no âmbito da prestação de contas de 2016 e 2017 constantes nos Acórdãos acima citado, fez uma análise dos Acórdãos ora mencionado, elaborando um relatório ao Senhor Prefeito Marcos Aurélio Marques Flores, Relatório nº 01/CI/2019 de 08 de Março de 2019, onde recomenda uma reunião com os Departamentos responsáveis, buscando medidas para sanar as irregularidades pendentes, constantes nos Acórdãos APL-TC 00374/16 do processo nº 1412/16 e Acórdão APL-TC 00570/17 do processo nº 1473/17. Assim, como já ocorrido a posteriori, no presente relatório, esta Controladoria vem buscando se inteirar das decisões proferidas por esta Corte de Contas, e ao passo disso, encaminhou ofícios aos Departamentos responsáveis para que buscassem mecanismos em tempo hábil para melhorar os indicadores que se apresentavam negativos.

d) efetivação dos devidos ajustes na apresentação da Demonstração dos Fluxos de Caixa.

R: De acordo com informações do Setor Contábil foi atendido.



CONCLUSÃO

Através dos trabalhos e das recomendações realizadas por esta Unidade de Controle Interna no decorrer do exercício de 2018 do Prefeito Senhor Marcos Aurélio Marques Flores a frente da Prefeitura Municipal de Alto Alegre dos Parecis/RO, na qual as recomendações foram de forma a orientar os trabalhos com a ótica e a égide que norteiam os princípios do Art. 37 da Constituição Federal, sendo ciente o que ampara um pronunciamento do prefeito através de relatório, vem de forma a auxiliar este egrégio Tribunal de Contas.

Face ao relatado, conclui-se que o Município de Alto Alegre dos Parecis/RO, conforme documentos acostados ao relatório cumpriram os dispositivos constitucionais em relação à aplicação em manutenção e desenvolvimento do ensino, em ações de saúde, exceto aos limites constitucionais com os gastos de pessoal ficando acima do limite prudencial estabelecidos na LRF, bem como, também ter extrapolado inscrição em restos a Pagar sem fluxo de caixa.

Colocamos sob a apreciação dos ilustres auditores do Tribunal de Contas do Rondônia o presente relatório, assim sendo também nos colocamos a disposição para posteriores esclarecimentos, que por ventura possa surgir.

Nos termos aqui explanado apresentou-se o relatório.

Alto Alegre dos Parecis/RO, 28 de Março de 2018.

Eliane de Jesus Paula
Controladora Interna



PARECER TÉCNICO

CONSIDERANDO que é da competência privativa da Câmara Municipal, conforme determina o artigo 31, 2 da CF/88, julgar as contas prestadas anualmente pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal;

CONSIDERANDO que com a aplicação de valor correspondente a 32,49% dos recursos provenientes de impostos e transferências na manutenção e desenvolvimento do ensino, com a base RREO do 6º Bimestre, e Relatórios da Instrução Normativa nº 022/TCER/2007, restou atendida a exigência do artigo 212 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que resultaram plenamente satisfatórias as aplicações atinentes ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Básico – FUNDEB, notadamente no que tange à renumeração e valorização do magistério, de vez que o valor aplicado corresponde a 73,91% dos recursos do aludido fundo, cumprindo, destarte, o disposto no § 5 do art. 60 do ADCT da Constituição Federal c/c o art. 22 da Lei Federal nº 11.494/07;

CONSIDERANDO que os gastos em ações e serviços públicos de saúde, cujo percentual foi de 26,22%, atenderam às exigências da Emenda Constitucional nº 29/2000;

CONSIDERANDO que a Administração Municipal NÃO CUMPRIU o disposto no artigo 20, inciso III, alínea “b”, da Lei Complementar nº 101/2000, posto que do total da Receita Corrente líquida, foi gasto com pessoal o percentual de 53,86%, conforme consta no relatório de Gestão Fiscal, quando o máximo estabelecido é de 54%, ultrapassando o limite prudencial de 51.30% da RCL e dentro do limite máximo de 54%.

CONSIDERANDO que, os balanços e demais demonstrações contábeis que compõem a presente Prestação de Contas, de maneira geral, apresentam adequadamente, nos aspectos relevantes, as posições orçamentária, financeira e patrimonial do Município, em 31 de Dezembro de 2018.

E DE PARECER que as contas da Prefeitura Municipal de Alto Alegre dos Parecis/RO, relativas ao exercício Financeiro de 2018, de responsabilidade do Senhor **Marcos Aurélio Marques Flores**, (Prefeito Municipal) merecer por parte da Controladoria Geral do Município **PARECER PRÉVIO COM RESSALVAS PELA REGULARIDADE**, das contas referente ao Exercício Financeiro de 2018, em virtude do Chefe de Governo do Poder Executivo Municipal ter extrapolado o limite prudencial com gastos de folhas de pagamento e inscrição em restos a Pagar de despesas sem fluxo de caixa.

É o Parecer.

Alto Alegre dos Parecis/RO, 28 de Março de 2019.

Eliane de Jesus Paula
Controladora Interna



CERTIFICADO DE AUDITORIA

Diante do exposto, nas minudências tratadas no Relatório do Controle Interno e Parecer Técnico, **CERTIFICA-SE**, nos termos do inciso III do Artigo 9º da Lei Complementar Estadual 154/96, analisados a gestão orçamentária e financeira inerentes ao exercício financeiro 2018.

Assim considerando que nos exames efetuados que foram evidenciados impropriedade ou irregularidades que comprometam a probidade do ordenador de despesa e demais responsáveis, somos pela **REGULARIDADE COM RESSALVAS**, exceto aos limites constitucionais com os gastos de pessoal ficando acima do limite prudencial estabelecidos na LRF, bem como, também ter extrapolado inscrição em restos a Pagar sem fluxo de caixa, das contas referente ao exercício financeiro de 2.018.

Por ser expressão dos fatos, certificamos.

Alto Alegre dos Parecis/RO, 28 de Março de 2019.

Eliane de Jesus Paula
Controladora Interna



DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA SOBRE RELATÓRIO ANUAL DO CONTROLE INTERNO
DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE DOS PARECIS/RO

Na forma preconizada do art. 49 c/c inciso I do artigo 47 da Lei Complementar Estadual nº 154/96 e art.6 da IN nº 007/TCE/RO-2002, **ATESTO** ter tomado Ciência do Relatório do Controle Interno e Gestão referente ao Exercício Financeiro de 2018 da **Prefeitura Municipal de Alto Alegre dos Parecis/RO**.

Alto Alegre dos Parecis/RO 28 de Março de 2019.

Marcos Aurélio Marques Flores
Prefeito Municipal



DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA SOBRE RELATÓRIO ANUAL DO CONTROLE INTERNO
DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ALTO ALEGRE DOS
PARECIS/RO.

Na forma preconizada do art. 49 c/c inciso I do artigo 47 da Lei Complementar Estadual nº 154/96 e art.6 da IN nº 007/TCE/RO-2002, **ATESTO** ter tomado Ciência do Relatório do Controle Interno e Gestão referente ao Exercício Financeiro de 2018 do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ALTO ALEGRE DOS PARECIS/RO.**

Alto Alegre dos Parecis/RO 28 de Março de 2019.

Lázaro Elias Pereira
Secretário Municipal de Saúde



**DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA SOBRE RELATÓRIO ANUAL DO CONTROLE INTERNO
DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E TRABALHO DO MUNICÍPIO
DE ALTO ALEGRE DOS PARECIS/RO.**

Na forma preconizada do art. 49 c/c inciso I do artigo 47 da Lei Complementar Estadual nº 154/96 e art.6 da IN nº 007/TCE/RO-2002, **ATESTO** ter tomado Ciência do Relatório do Controle Interno e Gestão referente ao Exercício Financeiro de 2018 do **FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E TRABALHO DO MUNICÍPIO DE ALTO ALEGRE DOS PARECIS/RO**

Alto Alegre dos Parecis/RO 28 de Março de 2019.

Danúbia Fernanda da Rocha de Souza
Secretária Municipal de Assistência Social



CERTIFICADO DE AUDITORIA

Diante do exposto, nas minudências tratadas no Relatório do Controle Interno e Parecer Técnico, **CERTIFICA-SE**, nos termos do inciso III do Artigo 9º da Lei Complementar Estadual 154/96, analisados a gestão orçamentária e financeira inerentes ao exercício financeiro 2018, do Fundo Municipal de Saúde.

Assim considerando que nos exames efetuados que foram evidenciados impropriedade ou irregularidades que comprometam a probidade do ordenador de despesa e demais responsáveis, somos pela **REGULARIDADE COM RESSALVAS** das contas referente ao exercício financeiro de 2.018 devido a inscrição em restos a Pagar sem fluxo de caixa do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE** do Município de Alto Alegre dos Parecis/RO.

Por ser expressão dos fatos, certificamos.

Alto Alegre dos Parecis/RO, 28 de Março de 2019.

Eliane de Jesus Paula
Controladora Interna



CERTIFICADO DE AUDITORIA

Diante do exposto, nas minudencias tratadas no Relatório do Controle Interno e Parecer Técnico, **CERTIFICA-SE**, nos termos do inciso III do Artigo 9º da Lei Complementar Estadual 154/96, analisados a gestão orçamentária e financeira inerentes ao exercício financeiro 2018, do Fundo Municipal de Assistência Social.

Assim considerando que nos exames efetuados que foram evidenciados impropriedade ou irregularidades que comprometam a probidade do ordenador de despesa e demais responsáveis, somos pela **REGULARIDADE COM RESSALVAS** das contas referente ao exercício financeiro de 2.018 devido a inscrição em restos a Pagar sem fluxo de caixa do **FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL** do Município de Alto Alegre dos Parecis/RO.

Por ser expressão dos fatos, certificamos.

Alto Alegre dos Parecis/RO, 28 de Março de 2019.

Eliane de Jesus Paula
Controladora Interna



**DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA SOBRE RELATÓRIO ANUAL DO CONTROLE INTERNO
DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E TRABALHO DO MUNICÍPIO
DE ALTO ALEGRE DOS PARECIS/RO.**

Na forma preconizada do art. 49 c/c inciso I do artigo 47 da Lei Complementar Estadual nº 154/96 e art.6 da IN nº 007/TCE/RO-2002, ATESTO ter tomado Ciência do Relatório do Controle Interno e Gestão referente ao Exercício Financeiro de 2018 do **SISTEMA AUTONOMO DE ÁGUA E ESGOTO DO MUNICÍPIO DE ALTO ALEGRE DOS PARECIS/RO**

Alto Alegre dos Parecis/RO 28 de Março de 2019.

Luiz Chiodi de Oliveira
Presidente do Sistema Autônomo de Água e Esgoto



CERTIFICADO DE AUDITORIA

Diante do exposto, nas minudencias tratadas no Relatório do Controle Interno e Parecer Técnico, CERTIFICA-SE, nos termos do inciso III do Artigo 9º da Lei Complementar Estadual 154/96, analisados a gestão orçamentária e financeira inerentes ao exercício financeiro 2018, do Fundo Municipal de Assistência Social.

Assim considerando que nos exames efetuados não foram evidenciados impropriedade ou irregularidades que comprometam a probidade do ordenador de despesa e demais responsáveis, somos pela REGULARIDADE das contas referente ao exercício financeiro de 2.018 do SISTEMA AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO do Município de Alto Alegre dos Parecis/RO.

Por ser expressão dos fatos, certificamos.

Alto Alegre dos Parecis/RO, 28 de Março de 2019.

Eliane de Jesus Paula
Controladora Interna